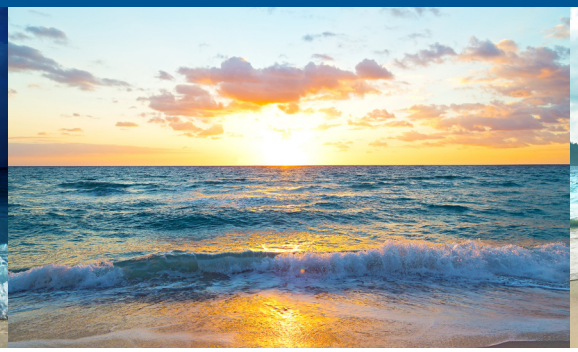
# 2016

# Relatório de Gestão & Contas



# ÍNDICE


1. Principais indicadores..... 5
2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração..... 7
3. Enquadramento da Comissão Executiva..... 9
4. Principais referências..... 11
   - 4.1. Estrutura accionista..... 12
   - 4.2. Órgãos sociais..... 13
   - 4.3. Marcos da actividade..... 14
   - 4.4. Estratégia e modelo de negócio..... 16
   - 4.5. Presença geográfica e canais..... 17
5. Enquadramento macroeconómico e financeiro..... 19
   - 5.1. Contexto internacional..... 20
   - 5.2. Situação monetária e financeira de Cabo Verde..... 23
6. Principais áreas de negócio..... 25
   - 6.1. Posicionamento competitivo..... 26
   - 6.2. Banca de retalho..... 27
   - 6.3. Banca corporativa..... 27
   - 6.4. Crédito por sector de actividade..... 28
7. Recursos humanos..... 29
   - 7.1. Distribuição por vínculo jurídico..... 30
   - 7.2. Distribuição funcional..... 30
   - 7.3. Distribuição por género..... 30
   - 7.4. Distribuição por escalão etário..... 30
   - 7.5. Distribuição por antiguidade..... 31
   - 7.6. Distribuição por escolaridade..... 31
   - 7.7. Formação..... 31
8. Responsabilidade social..... 33
9. Análise financeira..... 35
   - 9.1. Balanço..... 36
   - 9.2 Demonstração de resultados..... 37
10. Proposta de aplicação de resultados..... 39
11. Demonstrações financeiras..... 41
12. Notas às demonstrações financeiras..... 47
13. Parecer do auditor externo e relatório e parecer do conselho fiscal .. 99



# PRINCIPAIS INDICADORES

# 1. PRINCIPAIS INDICADORES

| Indicadores em 31 de Dezembro | | | | | Milhares CVE |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Variação | | |
| | 2015 | 2016 | Valor | % | |
| **INDICADORES DO BALANÇO** | | | | | |
| Activo Líquido | 24.959.577 | 27.872.765 | 2.913.188 | 11,67% | |
| Disponibilidades | 2.704.040 | 1.425.917 | -1.278.123 | -47,27% | |
| Aplicações em Instituições de Crédito | 4.952.882 | 7.297.536 | 2.344.654 | 47,34% | |
| Crédito a clientes Líquido | 15.339.570 | 16.705.315 | 1.365.745 | 8,90% | |
| Crédito a clientes Bruto (Excluindo Juros e Comissões e Títulos da dívida) | 14.451.001 | 14.567.758 | 116.757 | 0,81% | |
| Crédito e juros vencidos | 3.322.831 | 2.802.110 | -520.722 | -15,67% | |
| Imparidade créditos clientes | 1.393.527 | 1.288.910 | -104.618 | -7,51% | |
| Recursos de clientes (Excluindo Juros e outros débitos) | 21.907.917 | 24.776.493 | 2.868.576 | 13,09% | |
| Depósitos dos Clientes | 21.805.917 | 24.674.493 | 2.868.576 | 13,16% | |
| Capitais Próprios | 1.737.293 | 1.750.058 | 12.765 | 0,73% | |
| **INDICADORES DE EXPLORAÇÃO** | | | | | |
| Produto Bancário | 662.534 | 721.750 | 59.216 | 8,94% | |
| Resultado Antes de Impostos | 7.389 | 15.605 | 8.216 | 111,19% | |
| Resultado Líquido | 5.063 | 11.948 | 6.885 | 136,01% | |
| **OUTROS INDICADORES** | | | | | |
| Rentabilidade | | | | | |
| Resultado Líquido /Activo Médio | 0,02% | 0,05% | | 0,02% | p.p |
| Resultado Líquido /Capitais Próprios Médio | 0,29% | 0,69% | | 0,39% | p.p |
| Solvabilidade e Transformação | | | | | |
| Capitais Próprios/ Activos | 6,96% | 6,28% | | -0,68% | p.p |
| Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes) | 65,96% | 58,80% | | -7,17% | p.p |
| Rácio de Solvabilidade (Critério BCV) | 12,52% | 15,22% | | 2,70% | p.p |
| Qualidade dos Activos | | | | | |
| Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto | 22,99% | 19,24% | | -3,76% | p.p |
| Qualidade do crédito BCV ( Circular Série "A " nº 150/DSE/2009) | 16,61% | 13,45% | | -3,15% | p.p |
| Imparidade do Crédito /Crédito Líquido | 9,08% | 7,72% | | -1,37% | p.p |
| Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos | 41,94% | 46,00% | | 4,06% | p.p |
| Produtividade e Eficiência | | | | | |
| Margem Complementar/Produto Bancário | 29,61% | 29,69% | | 0,08% | p.p |
| Custos Estrutura/Produto Bancário | 85,15% | 81,53% | | -3,62% | p.p |
| (Crédito+Depósitos)/nº Empregados | 295.615 | 311.893 | 16.278 | 5,51% | p.p |
| Nº de Empregados | 126 | 133 | 7 | 5,56% | |
| Nº de Agências | 9 | 9 | 0 | 0,00% | p.p |
| Empregado por Agência | 14,0 | 14,8 | 0,8 | 5,556% | p.p |
| (Créditos+Depósitos)/nº Agências | 4.138.610 | 4.609.090 | 470.480 | 11,37% | |



# MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A gestão do Banco Interatlântico continuou a ser assegurada por um Conselho de Administração de sete elementos, Presidente, Vice-presidente, dois membros, não executivos e independentes, e outros três, constituídos numa Comissão Executiva, presidida por um deles.

Em 2016, o Sr. Dr. João Santos substituiu, como membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o Sr. Dr. António Moreira, que pediu renúncia ao cargo e a quem agradeço o aturado trabalho desenvolvido no Banco e de quem recordarei a enriquecedora convivência profissional. Já em 2017, solicitou, também, renúncia ao cargo o Sr. Dr. Adalberto Mendes, cujos convívio e contributos profissionais merecem, também, o meu reconhecimento.

Digno do meu apreço é, também, o modo e o desempenho dos outros dois membros da Comissão Executiva, Sr. Dr. Pedro Soares, seu presidente, e Sr. Dr. Monteiro Pinto, seu vogal, durante o período de transição até à recomposição daquela Comissão. De registar, por último, o aprofundamento do papel do Conselho e da articulação entre membros executivos e não executivos na gestão da instituição mediante a criação e funcionamento de várias Comissões, legalmente previstas, em particular a Comissão de Riscos – que definiu o quadro e o modo de acompanhamento dos diversos riscos inerentes à actividade do Banco - presidida pelo Engº Teófilo Figueiredo, vice-presidente do Conselho.

A manutenção dum elevado grau de complexidade e de incerteza da envolvente económico-financeira, quer local quer global, e, bem assim, a elevada exigência imposta pela recente e previsível futura evolução do quadro regulatório e a incidência que sempre têm, a cada momento, na actividade bancária recomendou que a gestão continuasse atenta e focada nos vectores cruciais para a melhoria da situação do Banco.

Assim aconteceu e com resultados que, expressos nos diversos indicadores contantes do Relatório e Contas deste exercício de 2016 e descritos na esclarecedora mensagem da Comissão Executiva, nomeadamente no que concerne à rentabilidade, à qualidade dos activos e à qualificação de recursos, se podem considerar auspiciosos para a sustentabilidade do Banco.

Essa sustentabilidade sempre dependerá, todavia e sobretudo, da confiança dos clientes no Banco e sua preferência pelos nossos produtos e serviços. Neste domínio o crescente número de clientes e o crescente número de transações são também auspiciosos e justificam que a todos eles se lhes dirija um sincero e forte agradecimento.

Agradecimento extensível, também, aos trabalhadores do Banco, pela dedicação e empenho, aos accionistas, pelo suporte e apoio, aos demais órgãos sociais, pelo bom relacionamento, e, ainda, às entidades auditoras e supervisoras, pela profícua interacção.

Alfredo Antas Teles
Presidente do Conselho de Administração



# ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

# 3. ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Os principais indicadores do Banco Interatlântico melhoraram a sua performance em 2016, sendo de destacar, face a 2015:

i. a redução do crédito em incumprimento em c. 16%
ii. o aumento do crédito bruto em c. de 1%
iii. a melhoria da margem financeira em c. 9%
iv. a melhoria da margem complementar em c. 9%
v. aumento da cobertura do crédito vencido por imparidades para 46%

A melhoria da rentabilidade e a mitigação dos riscos – dois dos vectores estratégicos traduzidos nestes indicadores – está a produzir resultados visíveis no Banco.

Também o terceiro vector – qualificação dos recursos – apresenta significativas melhorias, com o plano de renovação tecnológica em curso e com as acções de formação e requalificação de colaboradores que têm sido implementadas.

Juntas, estas medidas estão a contribuir para o aumento da capacidade e competência do Banco Interatlântico em satisfazer as solicitações dos nossos clientes, dos supervisores e dos accionistas.

Também o mercado tem contribuído para ajudar a materializar a vontade de ser melhor do Banco Interatlântico, com um ambiente de negócios menos retraído, embora ainda muito cauteloso e avesso ao risco.

Não esquecemos a nossa responsabilidade social e cultural, mantendo o apoio a projectos e Instituições sem fins lucrativos e importantes para o país, bem como apoiando jovens talentos nacionais nas diferentes artes.

Uma palavra de apreço para os colaboradores do Banco, sujeitos a elevada pressão e responsabilidade, sem os quais não seriam possíveis os resultados já alcançados. Esperamos que um dia o Banco Interatlântico possa ser considerado como a melhor empresa para se trabalhar em Cabo Verde.

Reconhecemos também, com apreço, o profissionalismo e exigência das autoridades de supervisão e o apoio dado pelos nossos accionistas, que muito têm auxiliado o Banco a melhorar.

A nossa última palavra de agradecimento vai para os nossos clientes, razão de ser desta Instituição, pela preferência que nos dão e pelas sugestões de melhoria que, continuamente, procuramos implementar, visando manter e melhorar este Banco como a Instituição bancária de referência em Cabo Verde.

**A Comissão Executiva**



# PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

# 4. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

## 4.1 ESTRUTURA ACCIONISTA



## 4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
**Presidente**
David Hopffer Cordeiro Almada

**Secretários**
Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado
Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
**Presidente**
Alfredo Manuel Antas Teles

**Vice-Presidente**
Teófilo Figueiredo Almeida Silva

**Vogais**
Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares
Manuel Fernando Monteiro Pinto
António Carlos Moreira Semedo[1]
João Pedro dos Santos[2]

**Vogais (Não Executivos)**
Jorge Fernando Gonçalves Alves
Adalberto Oliveira Mendes

COMISSÃO EXECUTIVA
**Presidente**
Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

**Membros**
Manuel Fernando Monteiro Pinto
António Carlos Moreira Semedo[1]
João Pedro dos Santos[2]

CONSELHO FISCAL
**Presidente**
João de Sousa Martins

**Vogal**
Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires[3]
Membro a designar

AUDITOR EXTERNO
**PwC – PricewaterhouseCoopers, SROC, SA**
Representada por
Carlos José Figueiredo Rodrigues

1 Membro renunciou ao cargo no dia 5 de Agosto de 2016
2 Membro assumiu funções no dia 1 de Outubro de 2016.
3 Membro foi substituído em Assembleia Geral no dia 5 de Agosto de 2016.

## 4.3 MARCOS DA ACTIVIDADE















**MARÇO**

- Reedição do Código Civil de Geraldo da Cruz Almeida

**ABRIL**

- Patrocínio CNDHC: Prémio Nacional Direitos Humanos
- Patrocínio Kriol Jazz Festival

**MAIO**

- Patrocínio III Diálogo Estratégico (IPP)
- Patrocínio Livro "Diplomacia Financeira" de Pedro Batista














**JUNHO**

- Patrocínio PORFesta
- Patrocínio Livro "Prosas Soltas" de Fátima Bettencourt

**SETEMBRO**

- Patrocínio 1º Single de Cremilda Medina
- Protocolo Publicidade Estádio Nacional

**OUTUBRO**

- Protocolo Fundação Abraço Verde

# 4.4 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A actividade do Banco Interatlântico (BI) engloba o cumprimento de objectivos estratégicos que visam a melhoria da rentabilidade, a mitigação dos riscos (em particular do crédito) e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos).

O Banco deu continuidade a um conjunto de projectos iniciados em anos anteriores, nomeadamente nas áreas tecnológicas, de organização e de capacitação dos recursos que permitem alcançar maior eficiência nos processos internos, melhorar o suporte ao negócio e conseguir um serviço prestado ao cliente mais adequado ao mercado e às expectativas dos segmentos alvo. Os investimentos realizados pretendem assegurar a sustentabilidade do seu modelo de negócio e a competitividade do Banco a nível organizativo, face a um contexto de crescente exigência a nível regulamentar e de maior competitividade no sector bancário nacional.

## INTERVENÇÃO COMERCIAL

Apoiado na sua Rede de Agências, nos Gabinetes especializados para empresas e particulares e na Unidade para Grandes Clientes, o BI desenvolveu a sua actuação comercial com o foco na qualidade de serviço e na satisfação dos clientes. A angariação de novos clientes e a fidelização dos actuais teve como base a domiciliação de salários, outros rendimentos e o aumento do envolvimento bancário, com a tónica na rentabilidade/cliente e na mitigação do risco de crédito.

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O Banco prosseguiu com o projecto de alteração tecnológica iniciado no ano anterior, ao nível dos equipamentos e das comunicações, com a criação dos *Data Centers* de produção e *backup* e que integram novos equipamentos tecnológicos. Como resultado deste processo, previsto para estar concluído em 2017, já se constatam benefícios nos processos de produção internos, com reduções significativas do tempo de realização das transacções, tanto na rede de balcões como no *Internet Banking*. Os investimentos realizados permitiram igualmente uma redução dos custos, designadamente ao nível dos consumíveis e associados às comunicações.

## ORGANIZAÇÃO E NORMAS

Dando continuidade à sua política de melhoria constante, o Sistema de Normas constitui um suporte essencial à actividade das instituições, tendo subjacentes as disposições legais e regulamentares a que as empresas se encontram sujeitas no âmbito da sua actividade. No BI, o sistema de normas estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a Normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, a política de pessoal, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou simples informações.

## SUSTENTABILIDADE

O Banco continuou a desenvolver a sua estratégia de sustentabilidade, integrando iniciativas e boas práticas de sustentabilidade nos processos internos da organização. Neste âmbito, o BI promoveu a sua primeira análise de materialidade – através de uma auscultação interna, para definir os temas relevantes a incidir nos reportes de sustentabilidade e identificar oportunidades de melhoria para o seu desempenho em aspectos económicos, ambientais e sociais. Os resultados obtidos permitiram concluir que existe um conjunto de acções internas que correspondem às expectativas apuradas.

## 4.5 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAIS

A rede comercial do Banco continua a estar presente em 4 ilhas (Fig.1) – Santiago, São Vicente, Sal e Boavista, através das suas nove Agências e dos dois gabinetes de particulares e empresas.

Nos canais não presenciais, o BI detém a segunda maior Rede de Caixas Automáticas nas ilhas onde possui balcões de atendimento, 40 *ATMs* num total de 171 equipamentos ao nível nacional, o que corresponde a 23% da cobertura nacional. O BI foi o Banco de apoio de 17,5% do total das transacções registadas em 2016 na Rede24.

O Banco cresceu 13% ao nível do parque POS, contando em 2016 com 1.117 terminais em estabelecimentos comerciais, o que representa 17% do total do parque nacional.

Em matéria de cartões de débito, volta-se a registar um crescimento tanto a nível da produção de cartões como em termos de cartões activos, respectivamente de 12% e 11%.

No *Internet Banking*, o nº de contractos activos ascende a 15.044, sendo 12.627 de particulares e 2.417 de empresas, salientando que o total de transacções efectuadas neste canal aumentou 9% comparativamente ao ano anterior.




*Fig. 1 Presença Geográfica do Banco em Cabo Verde.*

| | Bln@net | | | Rede Vinti4 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Tipo Transação** | **dez-15** | **dez-16** | **Δ** | **dez-15** | **dez-16** | **Δ** |
| Consulta Movimentos | 712.962 | 763.617 | 7% | 71.506 | 78.465 | 10% |
| Consulta Contas Ordem | 89.014 | 100.555 | 13% | 318.578 | 246.687 | -23% |
| Pedido Cheques | 96 | 56 | -42% | 95 | 96 | 1% |
| *Transferência Interna | 44.826 | 54.551 | 22% | 3.886 | 4.472 | 15% |
| *Transferência p/ OIC | 18.828 | 22.781 | 21% | | | |
| Pagamento de Serviços | 1.938 | 2.329 | 20% | 6.523 | 7.474 | 15% |
| Carregamento Telemóveis | 15.821 | 19.423 | 23% | 63.113 | 43.017 | -32% |
| **Total** | **883.485** | **963.312** | **9%** | **463.701** | **380.211** | **-18%** |

*Fig. 2 Utilização do Bin@NET em comparação com a Rede Vinti4, consoante o tipo de transação*



# ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

# 5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO[5]

## 5.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

### INDICADORES INTERNACIONAIS

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

Crescimento Real do PIB em %

| | 2015 E | 2016 P | 2017 P |
|---|---|---|---|
| Produto Mundial | 3,2 | 3,1 | 3,4 |
| Economias Avançadas | 2,1 | 1,6 | 1,8 |
| EUA | 2,6 | 1,6 | 2,2 |
| Área do Euro | 2,0 | 1,7 | 1,5 |
| Alemanha | 1,5 | 1,7 | 1,5 |
| França | 1,3 | 1,3 | 1,3 |
| Itália | 0,8 | 0,8 | 0,9 |
| Espanha | 3,2 | 3,1 | 2,2 |
| Japão | 0,5 | 0,5 | 0,6 |
| Reino Unido | 2,2 | 1,8 | 1,1 |
| Economias Emergentes / Desenvolvimento | 4,0 | 4,2 | 4,6 |
| Brasil | -3,8 | -3,3 | -0,5 |
| Rússia | -3,7 | -0,8 | 1,1 |
| Índia | 7,6 | 7,6 | 7,6 |
| China | 6,9 | 6,6 | 6,2 |
| África Subsariana | 3,4 | 1,4 | 2,9 |

*Fonte: Fundo Monetário Internacional*
*Legenda: E – Estimativa; P - Provisório*

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá crescido 2,9% nos primeiros seis meses do ano, ritmo inferior ao registado no primeiro semestre do ano passado, em função dos desempenhos menos conseguidos dos sectores dos serviços e das manufacturas.

O pouco crescimento da economia global terá sido determinado, em termos regionais, sobretudo pela redução do crescimento dos EUA e do Reino Unido e pela contracção do Japão, num contexto de maior dinamismo da actividade económica na área do euro e da relativa estabilização das economias emergentes e de ajustamento de países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas à deterioração dos seus termos de troca.

Destacando a dinâmica dos principais parceiros económicos de Cabo Verde, as estimativas do *Eurostat* apontam para um crescimento da área do euro na ordem de 1,7 e 1,6 %, em termos homólogos nos primeiros dois trimestres do ano respectivamente (1,3 e 1,6 %, nos trimestres homólogos do ano anterior).

O melhor desempenho económico da região, no primeiro semestre, resultou do aumento da procura interna em função da aceleração do crescimento dos consumos privado e público, que compensaram o contributo negativo da procura externa líquida.

De acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, os EUA, outro importante parceiro económico do país, cresceu 6% e 1,3% no primeiro e segundo trimestres de 2016, respectivamente em comparação com os 3,3% e 3% do ano anterior.

O Reino Unido, líder do mercado turístico nacional, cresceu 2% e 2,2% no primeiro e segundo trimestres do ano, respectivamente em comparação com os 2,9% e 2,3% registados em períodos homólogos do ano passado.

Nos últimos sete meses, o desenvolvimento dos mercados cambiais e monetários mais relevantes para Cabo Verde reflectiram:

- o reforço de medidas não convencionais do Banco Central Europeu (BCE); o adiamento sucessivo da subida das taxas de juro de referência pelo Sistema de Reserva Federal dos EUA;
- a votação a favor da saída do Reino Unido da União Europeia e, consequentemente, a adopção de medidas para a contenção dos impactos do *Brexit* pelas autoridades de política económica britânica.

Com efeito, depois de ter desvalorizado cerca de 10% em termos efectivos nominais em 2015, o euro valorizou 2,5% em termos médios até agosto de 2016. As taxas de juro interbancárias

5 Principais dados económicos retirados do Relatório de Política Monetária do BCV de Outubro 2016 e do Relatório para Cabo Verde do *Economist Intelligence Unit* de Janeiro 2017.

do euro mantiveram o perfil descendente, enquanto as do dólar continuam a apresentar um perfil ascendente, refletindo as expectativas do mercado quanto à subida iminente das *fed funds rate*.

## EVOLUÇÃO GLOBAL

O ano de 2016 deu sinais animadores de alguma recuperação da confiança dos agentes económicos, o que se reflectiu igualmente no aumento do financiamento ao sector privado, tendo esses factores, segundo o Banco de Cabo Verde (BCV), sofrido impactos positivos ao nível dos indicadores de desempenho da economia.

Para uma maior dinâmica da actividade económica foram determinantes, do lado da oferta, os contributos dos sectores da administração pública, da agricultura, do alojamento e da restauração.

Do lado da procura, os indicadores disponíveis de consumo e de investimento do Banco de Cabo Verde apontam para uma recuperação da procura interna, sustentada no crescimento do consumo (privado e público) e do investimento privado (particularmente no sector do turismo), numa conjuntura de aumento do rendimento disponível bruto real das famílias (não obstante a redução das remessas de emigrantes), de alguma recuperação da confiança dos consumidores e empresários e do aumento do investimento directo estrangeiro em acções e outras participações de capital, bem como do crédito bancário ao sector privado.

O *Economist Intelligence Unit* (EIU) estima no seu relatório para Cabo Verde que o crescimento económico em 2016 terá sido de 3,5%, superior aos 2,5% registados em 2015, em virtude de um aumento da procura externa – crescimento dos fluxos de turismo e de investimento estrangeiro e pela recuperação da procura interna.

Ainda segundo as estimativas do EIU, a dívida pública permaneceu elevada, em mais de 110% do PIB e o *deficit* fiscal ascendeu a 3,8% do mesmo indicador. Segundo este organismo, a maior parte do défice orçamental será financiado por empréstimos em condições favoráveis de doadores internacionais com os quais o Governo continua a manter boas relações.

Para o EIU, Cabo Verde continua fortemente exposto às flutuações da procura externa, particularmente na zona euro, pelo que o desempenho económico nesta região tem efeitos directos no Investimento Directo Estrangeiro (IDE), na ajuda externa e nas remessas de emigrantes.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores nacionais retirados do relatório do EIU.

| | 2015a | 2016b |
|---|---|---|
| PIB a preços de Mercado (CVE bn) | 162,0 | 179,3 |
| PIB (Em milhões de US $) | 1.629,8 | 1.805,4 |
| Crescimento real do PIB (%) | 2,5 | 3,5 |
| Inflação dos preços ao consumidor (Média; em%) | 0,1 | -1,3 |
| População (milhares) | 521,0 | 527,0 |
| Exportações de Bens (Em milhões de US $) | 149,2 | 149,9 |
| Importação de Bens (Em milhões de US $) | 630,7 | 636,7 |
| Saldo da Balança Corrente (Em milhões de US $) | -68,7 | 15,6 |
| Reservas Cambiais excl Ouro (Em milhões de US $) | 494,5 | 530,3 |
| Taxa de Câmbio USD/CVE (Média) | 99,4 | 99,32 |

***Fonte**: Economist Intelligence Unit*
*a. Actual b. Estimativa*

De acordo com o relatório de política monetária do Banco de Cabo Verde (BCV), a deflação persistiu em 2016, com os preços ao consumidor a caírem em média 1,5% nos primeiros oito meses do ano. A redução dos preços ao consumidor é justificada em larga medida pela tendência da inflação importada, originada pela redução dos preços dos bens energéticos importados. A par da inflação importada, o aumento da produção local de frescos em resultado da pluviosidade registada em 2015 e a reposição da taxa de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), contribuíram significativamente para a redução dos preços ao consumidor.

As estimativas do BCV para o primeiro semestre apontam para uma balança corrente excedentária na ordem dos 11 milhões de euros em resultado, sobretudo, da queda dos preços das mercadorias importadas, do aumento das exportações de serviços de turismo, de transporte aéreo e de outros serviços empresariais.

O défice da balança comercial (de bens e serviços) baixou cerca de 37% na primeira metade do ano, em termos homólogos. Nos serviços, os sectores do turismo e dos transportes aéreos continuam a ser os que mais contribuíram positivamente para o saldo da balança comercial. As receitas de viagens pessoais por motivo de turismo aumentaram 6,7% e as de exportações

de serviços de transportes aéreos cresceram 12,1%.

No caso das mercadorias, o crescimento das exportações foi explicado essencialmente pela forte recuperação das exportações de pescado enlatado, num contexto de redução da concentração das exportações nacionais no mercado espanhol (1%), a favor de mercados não tradicionais cuja quota de exportação aumentou de 5,1% para 19,8% nos primeiros seis meses do ano.

Contrariamente, o défice da balança de rendimentos agravou-se com a duplicação dos rendimentos distribuídos aos investidores externos. Por outro lado, a redução dos donativos e das remessas dos emigrantes contribuiu negativamente para o desempenho das contas correntes e de capital.

A balança financeira registou um défice de 11 milhões de euros, devido à diminuição dos desembolsos líquidos da dívida pública externa, ao aumento dos ativos externos líquidos dos Bancos e à diminuição da dívida externa de outros sectores.

O excedente corrente e de capital compensou o défice financeiro, determinando a expansão do saldo da balança global e, consequentemente, a acumulação de reservas internacionais líquidas que continuaram a garantir mais de seis meses de importações de bens e serviços projectadas para o ano.



## 5.2 SITUAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA DE CABO VERDE

O relatório da política monetária do Banco de Cabo Verde (BCV) refere que, em termos homólogos, a massa monetária (M2) expandiu de 7% para 9%, nos primeiros oito meses do ano, traduzindo-se na melhoria da posição externa do país e no crescimento ligeiramente mais acelerado do crédito interno líquido.

Os activos externos líquidos do país aumentaram significativamente (24,4% face a 18,2% em 2015), reflectindo o crescimento tanto das reservas internacionais líquidas do país (em 2%) como a duplicação dos activos externos líquidos dos Bancos, em função da redução dos seus passivos de curto prazo.

O aumento do crédito interno líquido deve-se à evolução do crédito à economia, que registou um crescimento homólogo de 4%, sobretudo devido ao financiamento de empresas não financeiras privadas e particulares, contrariamente ao crédito líquido ao sector público administrativo, que reduziu 2% em termos homólogos até Agosto.

As necessidades de financiamento do fundo de maneio, nomeadamente de existências, continuaram a impulsionar a procura das empresas, enquanto no caso dos particulares, o nível mais baixo das taxas de juro, o reforço da confiança dos consumidores e as necessidades de consumo de bens duradouros foram os factores que mais contribuíram para o aumento da sua procura.

A evolução positiva do *funding* dos Bancos continuou a favorecer o financiamento da economia, apesar do contínuo ajustamento da sua remuneração.

O ritmo de acumulação dos depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento dos Bancos, acelerou de 6% em Dezembro de 2015 para 10% em Agosto de 2016, em larga medida devido ao expressivo aumento dos depósitos à ordem (17% comparativamente a 6% e 5% em Agosto e Dezembro de 2015, respectivamente).

As principais taxas de referência mantiveram-se constantes durante o ano de 2016:

| | % |
|---|---|
| Taxa Diretora | 3,50 |
| Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez | 6,50 |
| Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez | 0,25 |
| Taxa de Redesconto | 7,50 |

Fonte: Banco de Cabo Verde.



# PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

# 6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

## 6.1 POSICIONAMENTO COMPETITIVO

Ao nível do seu posicionamento no mercado, o BI manteve níveis de quota de mercado muito semelhantes aos registados nos últimos anos.
O volume de negócios cresceu a uma taxa acima do mercado (alavancada pelo crescimento dos recursos de clientes) e o BI aumentou ligeiramente a sua quota de mercado (em 0.47 p.p.).

| Volume de Negócios | Dez -15 | Dez -16 | Dez. 16 - Dez. 15 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Sistema[1] | 273.369 | 286.605 | 13.236 | 4,84% |
| BI | 35.997 | 39.078 | 3.081 | 8,56% |
| Quota Mercado | 13,17% | 13,63% | | 0,47 pp |

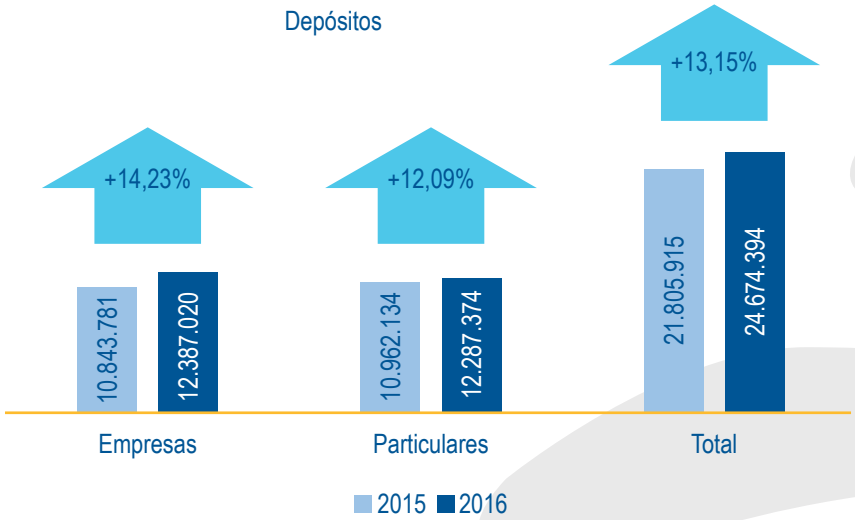
Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2015; Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Divida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas); CVE MIO
(1) Dados mais recentes publicados no *site* do BCV - Setembro de 2016

Os recursos de clientes cresceram na ordem dos 13% e a quota de mercado terá passado de 12,91% para 13,67%, correspondendo a um aumento de 0,76 p.p.

| Recursos dos Clientes | Dez-15 | Dez-16 | Dez. 16 -Dez. 15 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Sistema [1] | 171.418 | 183.004 | 11.586 | 6,76% |
| BI | 22.130 | 25.011 | 2.882 | 13,02% |
| Quota Mercado | 12,91% | 13,67% | | 0,76 pp |

Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2015; CVE MIO
(1) Dados mais recentes publicados no *site* do BCV - Setembro de 2016

O desenvolvimento dos recursos deveu-se a um aumento mais acentuado do crescimento dos depósitos das empresas, fruto da estratégia comercial de aprofundamento da quota de cliente neste segmento. Apesar de continuar equilibrada, a estrutura dos depósitos foi invertida e o segmento empresas passou a deter 50,2% do total dos depósitos de clientes.



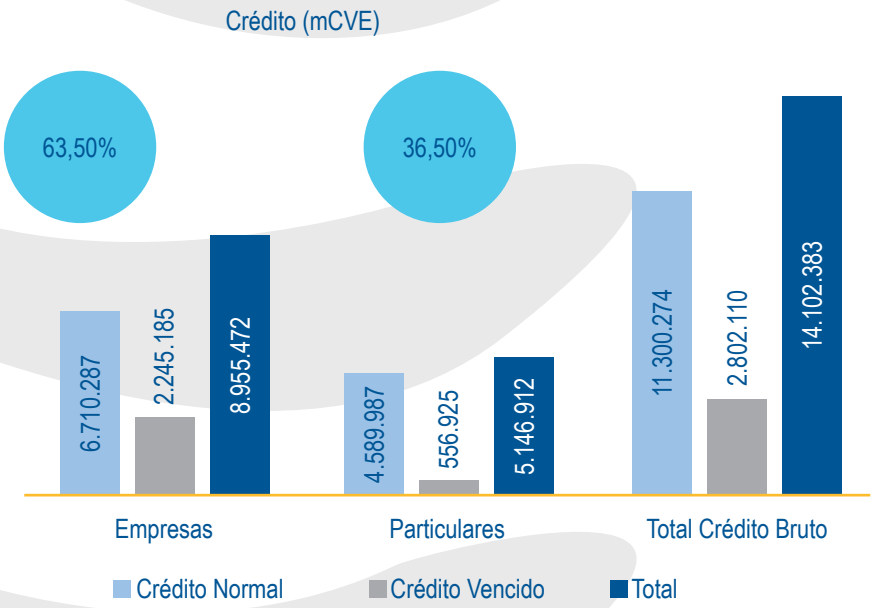

O crédito bruto cresceu a uma taxa ligeiramente inferior ao mercado, no valor de 1,44% do qual resultou uma pequena diminuição da quota de mercado de 13,60% para 13,58%. Em 2016, o crescimento das novas operações foi superior às amortizações globais da carteira. Parte considerável destas amortizações tem maturidade até 5 anos e como tal, uma elevada amortização anual.

| Crédito Bruto | Dez-15 | Dez-16 | Dez. 16 -Dez. 15 Valor | Dez. 16 -Dez. 15 % |
|---|---|---|---|---|
| Sistema[1] | 101.951 | 103.601 | 1.650 | 1,62% |
| BI | 13.867 | 14.067 | 199 | 1,44% |
| Quota Mercado | 13,60% | 13,58% | | -0,02 pp |

Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2015; Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Divida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas); CVE MIO
(1) Dados mais recentes publicados no *site* do BCV - Setembro de 2016

Em relação à sua distribuição, o crédito às empresas continua a registar o maior peso (63,5%). No entanto, regista um ligeiro decréscimo na ordem de 2,6% da posição da carteira neste segmento, em relação aos valores registados em 2015.

Registou-se uma redução no crédito vencido total do Banco de 14,9% (superior aos 10% alcançados em 2015), designadamente no crédito às empresas resultado da actuação comercial do BI direccionada para a recuperação do crédito em incumprimento.




## 6.2 BANCA DE RETALHO

O crédito a particulares cresceu 8%, mais que o total da carteira, fruto de uma actuação comercial direccionada para aumentar a captação de crédito a particulares fazendo parte da estratégia de mitigação do risco de crédito, por ser um segmento que continua a ter taxas de incumprimento mais reduzidas.

| Particulares e Pequenos Negócios | Dez-15 | Dez-16 | Dez. 16 -Dez. 15 Valor | Dez. 16 -Dez. 15 % |
|---|---|---|---|---|
| Crédito | 4.755 | 5.147 | 392 | 8,24% |
| Depósitos | 10.962 | 12.287 | 1.325 | 12,09% |
| Volume de negócios | 15.717 | 17.434 | 1.717 | 10,92% |

Valores em CVE MIO

## 6.3 BANCA CORPORATIVA

O Banco consolidou o seu posicionamento como Banco de apoio às empresas e ao segmento institucional, através da sua rede de agências, do Gabinete de Empresas e mais recentemente da Unidade para Grandes Clientes.

Para além da oferta *standard* de produtos e serviços específicos para o segmento, o Banco disponibilizou um leque de soluções adaptadas e diferenciadas às necessidades de cada cliente.

É de salientar o resultado obtido na redução do crédito em incumprimento das empresas que baixou 20% relativamente aos valores atingidos em 2015, permitindo baixar a taxa de incumprimento neste segmento de clientes, devido ao desempenho das unidades comerciais em articulação com o *back office* de apoio ao negócio.

## 6.4 CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A estrutura do crédito à economia por sector de actividade registou algumas alterações: o peso do Comércio e Restaurantes baixou 7 p.p. e os Serviços Prestados às Empresas passaram a ter 35,6% do total da carteira.

O sector da Construção passou a representar 22,2% do total do crédito à economia, uma subida em 8p.p., sinal da recuperação da construção civil ao nível nacional, impulsionada por investimentos externos e investimentos domésticos residenciais.

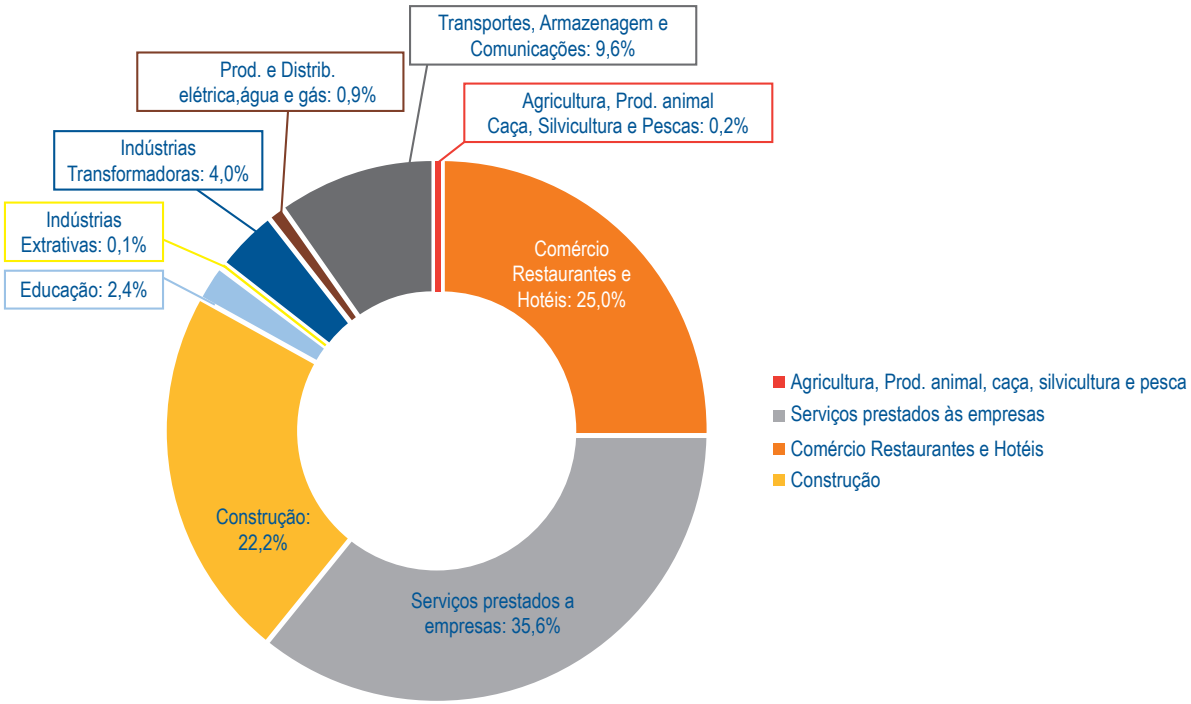



*Fig. 2 Percentagem de crédito por sector de actividade*



# RECURSOS HUMANOS

# 7. RECURSOS HUMANOS

O Banco terminou o ano de 2016 com um total de 133 colaboradores, um aumento de 4 em relação ao ano anterior.
Tal como em anos anteriores, existem 2 quadros com funções de Gestão, em comissão de serviço em Cabo Verde. Para além destes quadros, em 2016 foi adicionado mais um com função de gestão em comissão de serviço.

## 7.1 DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO

Do total de 133 colaboradores, 94 são efectivos (mais 10 comparativamente a 2015) e 39 possuem contracto por tempo determinado (menos 3 do que em relação ao ano anterior).

## 7.2 DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

em 2016 mantém-se a predominância da distribuição funcional na área comercial, com 80 colaboradores (60%). Deste número, 19 desempenham cargos de chefia.

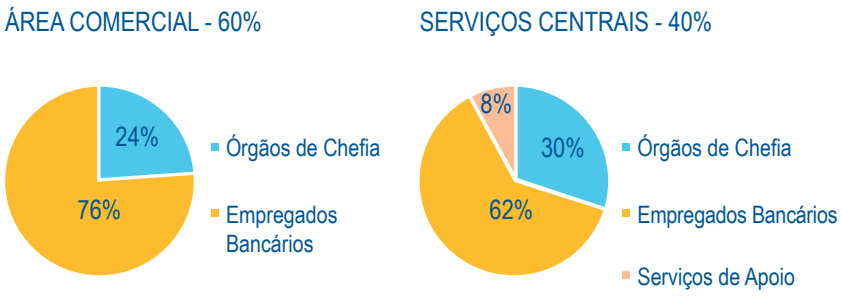



*Fig. 4 Distribuição dos Colaboradores pela área comercial e pelos serviços centrais*

## 7.3 DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

O Banco conta com 65% de mulheres no seu quadro de pessoal. Dos 35 quadros de chefia, 23 são também mulheres (66%).

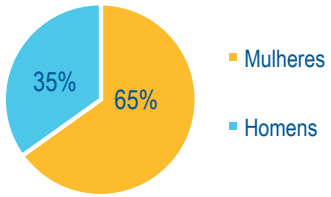



*Fig.5 Distribuição dos Colaboradores por género*

## 7.4 DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

A média de idades dos empregados é de 36 anos, com predominância na faixa etária entre os 31 e aos 40 anos.

## 7.5 DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

61% do quadro, num total de 81 colaboradores, têm antiguidade superior a 6 anos e, destes, metade com antiguidade superior a 10 anos.

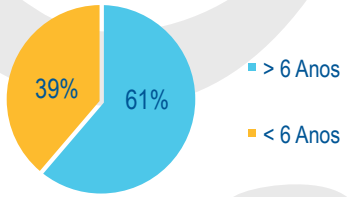



*Fig. 6 Distribuição dos Colaboradores por Antiguidade*

## 7.6 DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

58% dos Colaboradores têm formação superior, 5% Bacharelato, 35% ensino secundário e 2% com o ensino básico.

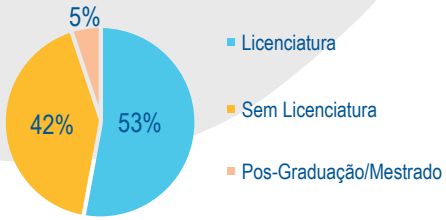



*Fig. 7 Distribuição dos Colaboradores por Escolaridade*

## 7.7 FORMAÇÃO

Foram realizadas 15 acções de formação, sendo 4 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde, 2 pela OPACC e 4 ministradas internamente. No cômputo geral estiveram envolvidos 63 Colaboradores, o que corresponde a 47% do total de colaboradores. De salientar que dos 63 formandos, 20 participaram em duas formações e 2 em 3 acções de formações. O Banco patrocinou a um colaborador um apoio de formação de 25% no pagamento da propina de mestrado.



# RESPONSABILIDADE SOCIAL

# 8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O BI, à semelhança de anos anteriores, continuou com a sua política de apoio social, atribuindo donativos e patrocínios a diversas iniciativas promovidas por instituições de cariz solidário e cultural.

2016 foi por isso, um ano de apoio à música, à literatura, ao conhecimento e à inclusão social através de incentivos monetários a organizações como por exemplo a Academia Cabo-Verdiana de Letras, a Fundação Donana, o Colégio Português ou a Associação Giribola.

Deste modo e tendo em conta a conjuntura económica do ano transacto, o BI teve a oportunidade de apoiar as seguintes iniciativas:

| DONATIVOS |
|---|
| Aldeias Infantis SOS |
| Fundação Padre Campos |
| Jardim Mini *Black Panthers* |
| Jardim Brincar e Crescer |
| Colégio Português (*inclui donativo em espécie*) |
| Fundação Abraço Verde (*donativo em espécie*) |

**PATROCÍNIOS**

- Academia Cabo-Verdiana de Letras - Apoio na instalação e funcionamento da instituição, apoio material e às iniciativas criadas
- Fundação Donana - Ajuda para o Banco Alimentar de Cabo Verde e formação de 1 aluno no curso "Educação para a Cidadania"
- Associação Giri Bola - Apoio ao projecto Liga *Play*
- Geraldo Almeida - Publicação da 4ª Edição do Código Civil
- Casa das Bandeiras - Apoio na organização da Festa de Nhô San Filipe 2016
- Associação dos Trabalhadores do BI - Comemoração 1º de Maio e Festa de Natal dos Colaboradores e filhos
- Harmonia - Kriol Jazz Festival
- Pedro Silva Batista - Lançamento do Livro "Diplomacia Económica"
- Instituto Pedro Pires para a Liderança - Realização do III Diálogo Estratégico
- Espaço Aberto Safende - Comemoração do dia das crianças 1 de Junho
- Fátima Bettencourt - Edição do Livro "Prosas Soltas"
- Embaixada de Portugal - VII Edição PORfesta, como parceiro Gold
- Sandro Jorge Pimentel Barros ("Lubim") - Evento Beneficente para ajudar nas despesas médicas do músico
- Agência Cabo-Verdiana de Imagens - Produção da 4ª Edição da Gala "Eu posso ajudar"
- Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares e Globalização - Organização da conferência internacional "Culturas Insulares Atlânticas e Globalização" integradas no IV Congresso do Instituto dos Mares da Lusofonia
- Projeto Chiquinho - Promoção da peça de teatro "Como quem ouve uma melodia muito triste"
- UCCLA – Encontro de Escritores de Língua Portuguesa
- Cremilda Medina (Move, Agency, Espectáculos e Agenciamento, Lda) - Promoção do 1º *single*
- CNDHC – Prémio Nacional Direitos Humanos
- 5tal da Música



# ANÁLISE FINANCEIRA

# 9. ANÁLISE FINANCEIRA

## 9.1 BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2016, o activo líquido, ascendeu a 27.872.765 contos, representando um incremento de 2.913.188 contos (+12%) relativamente ao ano anterior. Esta evolução positiva deveu-se, em grande medida, ao crescimento significativo nas aplicações em Instituições de crédito em cerca de 47% e na Carteira de Crédito a Clientes, em cerca de 9%.

O aumento relacionado com aplicações em instituições de crédito é justificado principalmente:

a) pelo aumento face a Dezembro de 2015 das aplicações de *overgnight* (4.500.000 contos), Títulos de Intervenção Monetária (58.000 contos), Títulos de Regularização Monetária (117.000 contos) e da aplicação junto do ECOBANK (220.530 contos);

b) pela diminuição na rubrica de aplicações na CGD em 2.546.173 contos devido à não renovação do Depósito a Prazo, tendo em conta o diferencial reduzido entre a taxa oferecida (0,1% na CGD) e a taxa de aplicação *overnight* do BCV (0,25%).

O crédito líquido, incluindo Títulos da Dívida Publica e Títulos de Empresas ascenderam ao montante de 16.705.315 contos e registaram um aumento de 8,9% relativamente ao período findo em Dezembro de 2015.

Os títulos da dívida pública, representados exclusivamente por Obrigações do Tesouro ascenderam, a 31 de Dezembro de 2016, a 3.451.391 contos. A taxa de juro média foi de 5,36% e face ao mês de Dezembro de 2015, as Obrigações de Tesouro registaram um aumento de 46,45%.

As obrigações emitidas pelas empresas atingiram o valor líquido de 466.337 contos, registando uma variação negativa de 6,61%.

O valor do crédito líquido não representado por valores mobiliários registou um aumento, em termos líquidos, de 2,4% face ao ano de 2015, fixando-se no montante
de 12.777.909 contos.

### QUALIDADE DO CRÉDITO

Foram alcançadas melhorias significativas ao nível da recuperação do crédito vencido. O volume de Crédito Vencido passou de 3.322.831 contos para 2.802.110 contos representado uma redução de cerca de 16%. Em relação a Dezembro de 2015, o rácio de crédito vencido passou 22,99% para 19,24%, e a cobertura da imparidade de 41,94% para 46%.

À semelhança da evolução registada nos anos anteriores, a carteira de crédito do Banco em Dezembro de 2016, manteve-se concentrada no segmento Empresas (64%).

Os 50 maiores clientes do crédito representavam 48,84% do total da carteira e os 50 maiores clientes na situação de incumprimento, representavam 87,75% do total carteira vencida.

Do lado do passivo, os recursos totais de clientes alcançaram 25.011.175 contos, registando assim um crescimento de cerca de 13% relativamente ao mês de Dezembro de 2015. Esta evolução deve-se ao aumento nos Depósitos a Prazo em 18,1% (2.423.156 contos) e também nos Depósitos à Ordem em 5,3% (445.420 contos).

À data de 31 de Dezembro de 2016, os 10 e os 50 maiores clientes representavam 35,62% e 50,31% respectivamente, do total dos depósitos do banco.

Os recursos de instituições de crédito apresentaram uma diminuição de 3,9% (16.412 contos), tendo ascendido ao montante de 404.003 contos. Essa diminuição é justificada, essencialmente, pela diminuição dos depósitos a Prazo da seguradora Garantia.

A gestão da liquidez que o Banco apresenta foi basicamente feita através de aplicações no BCV e em títulos do Tesouro do Estado, tendo o Banco gerido o limite de exposição procurando maximizar a rentabilidade sem comprometer as disponibilidades para concessão de novas operações.

O rácio de transformação situou-se nos 58,8%.

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com uma percentagem de 15,22%.

## 9.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O aumento verificado na margem financeira em 8.81%, está essencialmente relacionado com o aumento registado a nível dos activos remunerados, cujo impacto nos resultados foi superior ao do aumento dos Depósitos a Prazo face ao ano de 2015.

Ao nível da margem complementar o aumento de 9,24% justifica-se fundamentalmente com o reconhecimento extraordinário em 2016, de cerca de 32.000 contos relacionados com comissões diferidas no balanço, referentes a operações de crédito que entraram na situação de vencido.

O aumento da margem financeira e complementar representou um aumento do produto bancário de 8,94% (59.216 contos).

Os custos de estrutura cresceram em 4,3% (24.303 contos), justificado sobretudo pelo aumento na rubrica dos Gastos com Pessoal em 5,8% (13.534 contos) e dos Gastos Gerais Administrativos em 4,1% (11.453 contos).

O indicador *Cost-to-Income* situou-se em 81,53%, revelando uma ligeira melhoria em relação a 2015 (85,15%).

Os custos com pessoal totalizaram 246.549 contos, registando desta forma um aumento de 5,8% face ao mês de Dezembro de 2015. Parte relevante deste aumento justifica-se pelos custos estruturais das actuais regras salariais que importam acréscimos significativos dos salários dos empregados desligados do mérito (promoções automáticas pelo decurso do tempo). Adicionalmente, em 2016, ocorreu a contratação de um Director para os Serviços Centrais e o reajustamento salarial dos Órgãos Sociais.

As políticas de racionalização de custos continuaram, em 2016, a materializar em algumas poupanças que se reflectiram nas seguintes rubricas:

- Publicidade e Edição de Publicação;
- Agua, Energia e Combustíveis;
- Material Consumo Corrente;
- Rendas e Alugueres;
- Deslocação, estadas e representação;
- Rendas e Alugueres;
- Avenças e Honorários

No entanto, o Banco continuou a apresentar gastos elevados com os processos de reestruturação, que ainda decorrerão em parte durante os primeiros meses de 2017, facto esse que ficou reflectido no aumento dos Gastos Gerais Administrativos.

O resultado líquido situou-se em 11.948 contos, mantendo-se a política de 2014 e de 2015 de criação de imparidades sobre o crédito vencido para diminuir a contingência sobre o rácio de solvabilidade resultante do abate dos excessos de provisões prudenciais face às imparidades de crédito e nos termos de acordo estabelecido com o BCV em 2015.



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

# 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta a política de prudência e a vantagem de capitalização do Banco Interatlântico e considerando o resultado líquido do exercício de 2016, propõe-se a seguinte distribuição de Resultados:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas.

Praia, 17 de Fevereiro de 2017

Alfredo Manuel Antas Teles

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Pedro Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

João Pedro dos Santos

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Adalberto Oliveira Mendes



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| ATIVO | Notas | 2016 Ativo Bruto | 2016 Imparidade e amortizações | 2016 Activo líquido | 2015 Activo líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 3 | 1.425.917 | - | 1.425.917 | 2.704.040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 4 | 960.363 | - | 960.363 | 613.195 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 5 | 292.149 | (11.891) | 280.258 | 278.722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 7.297.536 | - | 7.297.536 | 4.952.882 |
| Crédito a clientes | 7 | 17.994.225 | (1.288.910) | 16.705.315 | 15.339.571 |
| Activos não correntes detidos para venda | 8 | - | - | - | 532.191 |
| Outros activos tangíveis | 9 | 1.191.411 | (769.411) | 422.000 | 311.849 |
| Activos intangíveis | 10 | 111.486 | (84.341) | 27.145 | 15.574 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 11 | 80.055 | - | 80.055 | 73.529 |
| Activos por impostos correntes | 12 | 43.679 | - | 43.679 | 40.928 |
| Outros activos | 13 | 778.661 | (148.164) | 630.497 | 97.096 |
| Total do Activo | | 30.175.482 | (2.302.717) | 27.872.765 | 24.959.577 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|
| Recursos de outras instituições de crédito | 14 | 404.003 | 420.414 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 15 | 25.011.175 | 22.129.553 |
| Outros passivos subordinados | 16 | 514.914 | 514.914 |
| Provisões | 17 | 5.733 | 5.733 |
| Passivos por impostos correntes | 12 | 5.983 | 2.326 |
| Passivos por impostos diferidos | 12 | 6.691 | 6.412 |
| Outros passivos | 19 | 174.208 | 142.931 |
| Total do Passivo | | 26.122.707 | 23.222.284 |
| Capital | 20 | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Prémios de emissão | 21 | 388 | 388 |
| Reservas de justo valor | 21 | 19.548 | 18.731 |
| Outras reservas | 21 | 864.570 | 859.507 |
| Resultados transitados | 21 | (146.396) | (146.396) |
| Resultado do exercício | 21 | 11.948 | 5.063 |
| Total do Capital próprio | | 1.750.058 | 1.737.293 |
| Total do Passivo e do Capital Próprio | | 27.872.765 | 24.959.577 |

*O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | Notas | | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 22 | | 1.239.274 | 1.147.236 |
| Juros e encargos similares | 23 | | (731.841) | (680.897) |
| **MARGEM FINANCEIRA** | | | 507.433 | 466.339 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 24 | | 6.093 | 5.074 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 25 | | 161.933 | 134.050 |
| Encargos com serviços e comissões | 25 | | (25.721) | (31.940) |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | 5 | | - | 1.135 |
| Resultados de reavaliação cambial | 26 | | 35.037 | 45.443 |
| Resultados de alienação de outros activos | 27 | | 823 | 378 |
| Outros resultados de exploração | 28 | | 36.153 | 42.055 |
| **PRODUTO BANCÁRIO** | | | 721.750 | 662.534 |
| Custos com pessoal | 29 | | (246.549) | (233.015) |
| Gastos gerais administrativos | 30 | | (291.271) | (279.818) |
| Depreciações e amortizações do exercício | 9 e 10 | | (50.646) | (51.330) |
| Imparidade líquida de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações | 18 | | (26.683) | (40.006) |
| Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações | 18 | | (106.125) | (63.960) |
| Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP | 11 | | 15.129 | 12.984 |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | | | 15.605 | 7.389 |
| Impostos | | | | |
| Correntes | 12 | 1 | (3.657) | (2.326) |
| Diferidos | 12 | | - | - |
| | | | (3.657) | (2.326) |
| **RESULTADO APÓS IMPOSTOS** | | | 11.948 | 5.063 |
| Número médio de acções ordinárias emitidas | 20 | | 100.000 | 100.000 |
| Resultado por acção (CVE) | 31 | | 119 | 51 |

*O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
# PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | | | | | Outras reservas e resultados transitados | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | Capital | Prémios de emissão | Reservas de Justo Valor | Reserva Legal | Outras reservas | Resultados transitados | Total | Resultado do exercício | Total |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | 20 e 21 | 1.000.000 | 388 | 16.697 | 142.916 | 706.117 | (146.396) | 702.637 | 10.474 | 1.730.196 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2014: | | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | | - | - | - | 1.047 | 9.427 | - | 10.474 | (10.474) | - |
| Rendimento integral do exercício | 21 | - | - | 2.034 | - | - | - | - | 5.063 | 7.097 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | | 1.000.000 | 388 | 18.731 | 143.963 | 715.544 | (146.396) | 713.111 | 5.063 | 1.737.293 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2015: | | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | 21 | - | - | - | 506 | 4.557 | - | 5.063 | (5.063) | - |
| Rendimento integral do exercício | | - | - | 817 | - | - | - | - | 11.948 | 12.765 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 20 e 21 | 1.000.000 | 388 | 19.548 | 144.470 | 720.100 | (146.396) | 718.174 | 11.948 | 1.750.058 |

*O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | Notas | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|
| Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda | | | |
| Variação no exercício | 21 | 1.096 | 2.731 |
| Efeito fiscal | 21 | (279) | (697) |
| Outros rendimentos integrais | | 817 | 2.034 |
| Resultado líquido do exercício | 21 | 11.948 | 5.063 |
| Total do rendimento integral do exercício | | 12.765 | 7.097 |

*O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Recebimento de juros e comissões | 1 401 207 | 1 327 572 |
| Pagamento de juros e comissões | (757 562) | (725 515) |
| Resultados cambiais | 35 037 | 45 444 |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (537 820) | (538 464) |
| Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional | 36 975 | 8 582 |
| Pagamentos de impostos sobre o rendimento | (4 081) | (1 902) |
| **Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais** | **173 755** | **115 717** |
| | | |
| **(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:** | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | (1 536) | 6 385 |
| Aplicações em instituições de crédito | (2 344 654) | (2 465 824) |
| Créditos sobre clientes | (305 050) | (190 360) |
| Títulos de dívida pública | (1 094 682) | (50 899) |
| Outros ativos | (54 661) | (1 150) |
| | **(3 800 583)** | **(2 701 848)** |
| | | |
| **Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:** | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (16 412) | 92 554 |
| Recursos de clientes | 2 881 621 | 1 347 447 |
| Outros passivos | 38 747 | 1 852 |
| | 2 903 956 | 1 441 853 |
| | | |
| **Caixa líquida das atividades operacionais** | **(722 872)** | **(1 144 278)** |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | |
| (Aumentos) diminuições nos ativos de investimento: | | |
| Ativos intangíveis | (13 043) | (11 162) |
| Outros ativos tangíveis | (209 737) | (27 282) |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | (443 985) |
| Dividendos recebidos | 14 696 | 16 202 |
| **Caixa líquida das atividades de investimento** | **(208 084)** | **(466 227)** |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | |
| Dividendos distribuídos | - | - |
| **Caixa líquida das atividades de financiamento** | **-** | **-** |
| | | |
| Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes | (930 956) | (1 610 505) |
| | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 3 317 235 | 4 927 740 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 2 386 279 | 3 317 235 |

O Anexo faz parte intergrante destas demonstrações financeiras



# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 17 de Fevereiro de 2017 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

### 2.2 POLÍTICAS CONTABÍLISTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) *Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira*

Os Itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respectivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde ("mCve"), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das

originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| 1 USD | 105,329 | 100,77 |

c) *Activos financeiros*

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capital próprio, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

*Justo valor*

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) *Imparidade de activos financeiros*

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000, e de empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias, com exposição superior a mCve. 4.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.
As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.
O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".
Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.
Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.
O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

*d) Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".
As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.
Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

*e) Activos recebidos por recuperação de créditos*

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em "Outros Activos". Não sendo expectável a venda dos Activos não correntes detidos para venda em 31 de Dezembro de 2016 no prazo de um ano, e não estando desta forma cumpridas as condições previstas na IFRS 5, para reconhecimento dos mesmos como Activos não correntes detidos para venda, o Banco procedeu à sua transferência para a rubrica de "Outros Activos"
Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Resultados de Alienação de Outros Activos".

*f) Transferências entre categorias*

O Banco procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

m ativo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido com esse objetivo) pode, em situações excecionais, ser reclassificado da carteira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. O justo valor do ativo da data da reclassificação será o seu novo custo ou custo amortizado conforme aplicável.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para crédito a clientes - crédito titulado - são permitidas se existir a intenção e capacidade de o manter no futuro previsível ou até à maturidade.

*g) Hierarquia de Justo Valor*

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

**Valores de cotação de mercado (nível 1)**

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

**Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)**

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)**

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

*h) Outros ativos tangíveis*

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil | |
|---|---|---|
| | Adquiridos até 2014 | Adquiridos a partir de 2015 |
| Imóveis de serviço próprio | 50 | 50 |
| Equipamento: | | |
| Mobiliário e material de escritório | 12 | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 6 | 5 |
| Equipamento informático | 4 | 3 - 5 |
| Instalações interiores | 8 | 5 |
| Material de transporte | 4 - 5 | 4 - 5 |
| Equipamento de segurança | 5 | 10 |
| Outro equipamento | 6 | 8 |

*Os terrenos não são objeto de amortização.*

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.
Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.
O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os ativos tangíveis.

*i) Ativos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.
As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.
As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

*j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos*

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.
Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

*k) Impostos sobre lucros*

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.
Em 31 de dezembro de 2015, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

*Impostos correntes*

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

*Impostos diferidos*

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adoção das NIRF e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

*l) Provisões e passivos contingentes*

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

*m) Benefícios dos empregados*

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

*n) Comissões*

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

*o) Valores recebidos em depósito*

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontramse registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

*p) Caixa e seus equivalentes*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

*q) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas*

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação (ver nota 35).

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expetativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expetativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda*

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii) e nota 35).

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver nota 35).

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) 5, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IAS 39, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015 (ver nota 35).

*r) Resultados por ação básicos*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

*s) Segmentos operacionais*

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

**Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;

**Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

**Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

*t) Capital Próprio*

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

*u) Distribuição de dividendos*

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

**IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2016:**

**1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de janeiro de 2016:**

**Normas**

a) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

c) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

d) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

f) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

g) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

h) Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

i) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

**2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:**

a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto

na "metodologia das 5 etapas". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

**3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

***3.1 - Normas***

a) **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

b) **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

c) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

d) **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

e) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negoceiam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

f) **Alterações à IFRS 15,** 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações

adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

g) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

h) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

### *3.2 - Interpretações*

a) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se esperam impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco com a adoção desta norma.

## 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Caixa | | |
| . Moeda nacional | 250 132 | 257 265 |
| . Moeda estrangeira | 634 374 | 471 867 |
| Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde | | |
| . Moeda nacional | 541 411 | 1 974 908 |
| | 1 425 917 | 2 704 040 |

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. As reservas mínimas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ascenderam a mCve. 2.412.603 e mCve. 2.298.307 respetivamente. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.
Nos exercícios de 2016 e 2015, estes depósitos não foram remunerados.

## 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Depósitos à ordem: | | |
| . Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 864 387 | 442 600 |
| . Em outras instituições no estrangeiro | 23 677 | 127 969 |
| . Em instituições no país | 7 138 | 3 521 |
| | 895 202 | 574 090 |
| Cheques a cobrar: | | |
| . Sobre o estrangeiro | 9 320 | 5 251 |
| . Sobre o país | 55 841 | 33 854 |
| | 65 161 | 39 105 |
| | 960 363 | 613 195 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

| | 2016 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de participação | Valor de balanço (Bruto) | Reserva de Justo Valor (Nota 21) | Imparidade (Nota 18) | Valor de balanço (Líquido) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238 746 | 5,40% | 243 955 | 5 209 | (10 011) | 233 944 |
| Visa International Service Association | 1 323 | n.d. | 22 352 | 21 029 | - | 22 352 |
| | 240 069 | | 266 307 | 26 238 | (10 011) | 256 296 |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15 307 | 3,79% | 15 307 | - | (1 880) | 13 427 |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10 095 | 0,65% | 10 095 | - | - | 10 095 |
| Enacol - Empresa nacional de Combustíveis S.A. | 440 | n.d. | 440 | | | 440 |
| | 25 842 | | 25 842 | - | (1 880) | 23 962 |
| | 265 911 | | 292 149 | 26 238 | (11 891) | 280 258 |

n.d. - não disponível

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de partici-pação | Valor de balanço (líquido) | Reserva de Justo Valor (Nota 21) | Imparidade (Nota 18) | Valor de balanço (Líquido) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238 746 | 5,40% | 243 955 | 5 209 | (10 011) | 233 944 |
| Visa International Service Association | 1 323 | n.d. | 21 256 | 19 933 | - | 21 256 |
| | 240 069 | | 265 211 | 25 142 | (10 011) | 255 200 |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15 307 | 3,79% | 15 307 | - | (1 880) | 13 427 |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10 095 | 0,65% | 10 095 | - | - | 10 095 |
| | 25 402 | | 25 402 | - | (1 880) | 23 522 |
| | 265 471 | | 290 613 | 25 142 | (11 891) | 278 722 |

n.d. - não disponível

*Instrumentos de capital valorizados ao justo valor*

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa independente e as da Visa Internacional Service Association de acordo com a cotação de mercado a 31 de Dezembro de 2016.

A avaliação externa efetuada referente as ações do Banco Comercial do Atlântico em 2016, não apresentou diferenças significativas em relação ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, pelo que o justo valor registado não sofreu alterações.

*Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico*

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, registadas ao custo histórico, encontrando-se registada, no caso da primeira, uma imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

As únicas transações ocorridas em 2016, são referentes à aquisição de ações da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis S.A, registadas ao custo histórico.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | Valor Aplicação | | Taxa Média de Remuneração | |
|---|---|---|---|---|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Aplicações de crédito no país: | | | | |
| . No Banco de Cabo Verde: | | | | |
| - Títulos de intervenção monetária | 158 000 | 100 000 | 0,15% | 0,31% |
| - Títulos de regularização monetária | 267 000 | 150 000 | 0,31% | 0,31% |
| - Aplicações a muito curto prazo | 6 300 000 | 1 800 000 | 0,25% | 0,25% |
| | 6 725 000 | 2 050 000 | | |
| Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | | | | |
| . Na Caixa Geral de Depósitos: | | | | |
| - Depósitos | - | 2 546 173 | N/A | 0,56% |
| No Ecobank: | | | | |
| - Depósitos | 551 325 | 330 795 | 3,00% | 3,00% |
| . Outras instituições de crédito | 21 228 | 20 310 | 0% | 0% |
| | 572 553 | 2 897 278 | | |
| Juros a receber | 91 | 5 667 | N/A | N/A |
| Proveitos diferidos | (108) | (63) | N/A | N/A |
| | 7 297 536 | 4 952 882 | | |

## 7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | 2016 | 2015 |
|---|---|---|---|
| Crédito interno a curto prazo: | | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem | | 296 060 | 317 014 |
| . Empréstimos | | 60 036 | 38 252 |
| . Descontos comerciais | | 34 160 | 32 100 |
| . Outros créditos | | 82 724 | 98 923 |
| Crédito interno a médio e longo prazo: | | | |
| . Empréstimos | | 7 673 891 | 7 499 998 |
| . Créditos em conta corrente | | 2 198 851 | 1 725 377 |
| Crédito externo a curto prazo: | | | |
| . Habitação | | - | - |
| . Descobertos em depósitos à ordem | | 1 611 | 3 609 |
| . Outros créditos | | 426 | 2 215 |
| Crédito externo a médio e longo prazo: | | | |
| . Empréstimos | | 457 336 | 427 504 |
| . Créditos em conta corrente | | 138 191 | 144 374 |
| Crédito ao pessoal | | 356 988 | 340 527 |
| Juros a receber | | 37 736 | 26 833 |
| Comissões e outros proveitos diferidos | | (73 301) | (112 144) |
| Créditos vencidos | | 2 802 110 | 3 322 831 |
| **Total de crédito não titulado** | **(A)** | **14 066 819** | **13 867 414** |
| Outros créditos e valores a receber - titulados | | | |
| Títulos de Dívida Pública | | 3 406 777 | 2 315 963 |
| Obrigações emitidas por Empresas | | 465 375 | 498 277 |
| Juros a receber | | 55 109 | 51 017 |
| Custos diferidos | | 145 | 427 |
| **Total de crédito titulado** | **(B)** | **3 927 406** | **2 865 684** |
| **Total Crédito a clientes bruto** | **(C) = (A) + (B)** | **17 994 225** | **16 733 098** |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 18) | (D) | (1 288 910) | (1 393 527) |
| **Total Crédito a clientes líquido** | **(E) = (C) + (D)** | **16 705 315** | **15 339 571** |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. Do total das obrigações do tesouro em 31 de dezembro de 2016, o montante de mCve. 102.000 foi cedido a clientes particulares, mediante um acordo de recompra.

A taxa média de remuneração das obrigações do tesouro em 2016 ascendeu a 5,25% (2015: 5,76%).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "obrigações emitidas por empresas" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

| Título | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B | 155 700 | 155 700 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D | 136 099 | 136 099 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C | 32 199 | 32 199 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie C | 55 058 | 55 058 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I | 30 000 | 30 000 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II | 25 000 | 25 000 |
| ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie B | - | 29 968 |
| Cabo Verde Fast Ferry, S.A. | 19 996 | 19 996 |
| Câmara Municipal do Sal | 9 000 | 10 000 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 1 334 | 2 667 |
| Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. | 666 | 666 |
| | 465 052 | 497 353 |
| Prémio de emissão | 323 | 924 |
| Total bruto | 465 375 | 498 277 |
| Imparidade | 9 678 | 9 658 |
| Juros a receber e custos diferidos | 10 641 | 10 698 |

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

No exercício de 2016, a ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. procedeu ao reembolso antecipado integral das Obrigações.

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A.. encontravam-se em incumprimento referente ao pagamento dos juros dos cupões desde Janeiro de 2014 a Janeiro de 2016 correspondente ao valor global de mCve. 2.957. O total de imparidade registada ascendeu à mCve 9 298.

Em 2016, a Cabo Verde Fast Ferry, efetuou o pagamento do 14º cupão a taxa de 4% na sequência da restruturação do contrato, nos seguintes termos:

- Alteração do prazo de vencimento de 2019 para de 2024;
- Alteração da taxa de juro para 4%

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. e encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde Agosto de 2013 a Agosto de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, os juros vencidos de Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCve. 144 e os próximos cupões de juros vencem-se em fevereiro de 2017. O total de imparidade registada ascendeu à mCve 355.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados", juros corridos associados e comissões e outros proveitos diferidos apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

| | 2016 | | |
|---|---|---|---|
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| Sector Público Administrativo | 407 285 | 12 | 407 297 |
| | 407 285 | 12 | 407 297 |
| **Empresas** | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | 20 766 | - | 20 766 |
| Indústrias extractivas | 6 210 | 15 | 6 225 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | 6 210 | 15 | 6 225 |
| Indústrias transformadoras | 202 138 | 157 721 | 359 859 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | 49 913 | 14 426 | 64 338 |
| Indústria têxtil | 203 | 204 | 407 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | 20 041 | - | 20 041 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | 20 495 | 119 235 | 139 730 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | 42 984 | - | 42 984 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | 38 886 | - | 38 886 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | 10 981 | 23 857 | 34 838 |
| Outras indústrias transformadoras | 18 636 | - | 18 636 |
| Produção e distribuição de electricidade, de água e gás | 81 157 | 151 | 81 308 |
| Construção | 2 117 407 | 231 325 | 2 348 732 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 597 457 | 153 308 | 750 765 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 336 955 | 509 080 | 846 035 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 1 006 311 | 303 984 | 1 310 295 |
| Actividades de informação e de comunicação | 3 896 | - | 3 896 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 785 062 | 694 205 | 1 479 267 |
| Actividades imobiliárias | 784 433 | 668 860 | 1 453 293 |
| Outras actividades | 629 | 25 345 | 25 974 |
| Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares | 113 702 | - | 113 702 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 287 617 | - | 287 617 |
| Educação | 179 464 | 31 604 | 211 068 |
| Saúde e segurança social | 172 294 | - | 172 294 |
| Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais | 392 566 | 163 779 | 556 345 |
| | 6 303 002 | 2 245 173 | 8 548 175 |
| Particulares | | | |
| Habitação | 2 407 715 | 205 701 | 2 613 416 |
| Outros fins | 2 182 271 | 351 224 | 2 533 495 |
| | 4 589 987 | 556 925 | 5 146 912 |
| | 11 300 274 | 2 802 110 | 14 102 383 |

| | 2015 | | |
|---|---|---|---|
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| Sector Público Administrativo | 259 192 | 33 714 | 292 906 |
| **Empresas** | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | 22 581 | - | 22 581 |
| Pesca | 453 | 895 | 1 348 |
| Indústrias extractivas | 2 743 | - | 2 743 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | 2 743 | - | 2 743 |
| Indústrias transformadoras | 763 153 | 164 242 | 927 395 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | 321 680 | 16 186 | 337 866 |
| Indústria têxtil | 2 466 | - | 2 466 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | 26 959 | - | 26 959 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | 44 332 | 870 | 45 202 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | 4 556 | 118 852 | 123 408 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | 257 570 | 182 | 257 752 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | 28 333 | - | 28 333 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | 5 407 | - | 5 407 |
| Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica | 234 | - | 234 |
| Outras indústrias transformadoras | 71 617 | 28 151 | 99 768 |
| Construção | 1 130 060 | 122 775 | 1 252 835 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 593 082 | 206 804 | 799 886 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 295 449 | 520 291 | 815 740 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 1 230 649 | 468 473 | 1 699 122 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 1 752 786 | 1 289 669 | 3 042 455 |
| Actividades imobiliárias | 978 598 | 798 027 | 1 776 625 |
| Outras actividades | 774 188 | 491 642 | 1 265 830 |
| Educação | 166 377 | - | 166 377 |
| Saúde e segurança social | 166 682 | 708 | 167 390 |
| Famílias com empregados domésticos | 6 882 | - | 6 882 |
| | 6 130 897 | 2 773 857 | 8 904 754 |
| **Particulares** | | | |
| Habitação | 2 671 297 | 235 895 | 2 907 192 |
| Outros fins | 1 568 507 | 279 365 | 1 847 872 |
| | 4 239 804 | 515 260 | 4 755 064 |
| | 10 629 893 | 3 322 831 | 13 952 724 |

## 8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O BI classifica um Ativo não Corrente como detido para venda se a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo continuado.

No entanto, o ativo deve estar disponível para a venda imediata na sua condição presente e a sua venda deve ser altamente provável dentro de um ano a partir da data da sua classificação.

Não tendo sido possível confirmar a alta probabilidade de venda dos ativos anteriormente classificados nessa rubrica, o saldo transitado bruto e a respetiva imparidade de 2015, nos montantes de mCve. 623.925 e mCve. 91.734 respetivamente, foram em 2016 reclassificados para a rubrica de Outros Ativos (ver Nota 13).



# 9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| | 2016 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2015 | | | | | |
| Descrição | Valor bruto | Imparidade e Depreciações acumuladas | Adições | Abates líquidos | Imparidade e Depreciações do exercício | Valor líquido em 31-12-2016 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| . Terrenos | 39 539 | - | - | - | - | 41 594 |
| . Edifícios | 151 010 | (41 535) | - | - | (2 630) | 104 789 |
| Outros | | | 3 623 | - | (211) | 3 411 |
| Obras em imóveis arrendados | 237 278 | (185 842) | 397 | - | (10 910) | 40 922 |
| | 427 826 | (227 377) | 4 020 | - | (13 752) | 190 717 |
| Equipamento | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 49 250 | (36 368) | 834 | - | (2 727) | 10 850 |
| . Máquinas e ferramentas | 27 991 | (24 073) | 1 358 | - | (1 541) | 3 875 |
| . Equipamento informático | 295 463 | (259 471) | 10 495 | - | (14 824) | 43 118 |
| . Instalações interiores | 16 102 | (13 264) | 1 543 | - | (888) | 3 494 |
| . Material de transporte | 77 069 | (56 576) | 5 500 | (5 633) | (8 539) | 11 820 |
| . Equipamento de segurança | 18 262 | (13 251) | 5 826 | - | (1 464) | 9 373 |
| . Outro equipamento | 51 240 | (35 368) | 4 430 | - | (5 432) | 14 870 |
| Outros ativos tangíveis | 157 | (149) | - | - | (8) | 0 |
| | 535 534 | (438 520) | 29 987 | (5 633) | (35 422) | 97 400 |
| Ativos tangíveis em curso | | | | | | |
| . De serviço próprio | 2 145 | - | 192 621 | - | (61 670) | 133 096 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 400 | - | - | - | - | 400 |
| . Equipamento | 15 770 | (3 929) | - | - | (918) | 386 |
| | 18 315 | (3 929) | 192 621 | - | (62 588) | 133 882 |
| | 981 674 | (669 826) | 226 628 | (5 633) | (111 762) | 422 000 |

O montante de 62.588 mCve registado em "Imparidade e depreciações do exercício" relativamente aos Ativos Tangíveis em curso diz respeito à imparidade (ver nota 18).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Ativos tangíveis em curso" inclui essencialmente mCve. 130.951 referente a um imóvel transferido em 2016 da rubrica Activos não correntes detidos para venda, tendo em conta a intenção da utilização do mesmo na atividade do Banco, nomeadamente para construção de um espaço de serviço de apoio central. O referido imóvel está registado por um valor bruto de mCve. 192 621 e foi registada uma imparidade de mCve. 61 670.

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2014 | | | | | |
| Descrição | Valor bruto | Imparidade e amortizações acumuladas | Adições | Abates líquidos | Imparidade e amortizações do exercício | Valor líquido em 31/12/15 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| . Terrenos | 41 594 | - | - | - | - | 41 594 |
| . Edifícios | 148 954 | (52 647) | - | - | 11 114 | 107 421 |
| Obras em imóveis arrendados | 263 382 | (215 494) | 2 539 | (266) | (12 111) | 38 050 |
| | 453 930 | (268 141) | 2 539 | (266) | (997) | 187 065 |
| Equipamento | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 48 214 | (33 287) | 1 036 | - | (3 081) | 12 882 |
| . Máquinas e ferramentas | 27 001 | (22 388) | 990 | - | (1 685) | 3 918 |
| . Equipamento informático | 258 303 | (246 564) | 32 886 | (12) | (12 928) | 31 685 |
| . Instalações interiores | 14 747 | (12 413) | 1 355 | - | (851) | 2 838 |
| . Material de transporte | 79 569 | (56 966) | 10 000 | (2 208) | (9 902) | 20 493 |
| . Equipamento de segurança | 13 950 | (12 181) | 4 312 | - | (1 070) | 5 011 |
| . Outro equipamento | 46 954 | (29 508) | 4 353 | - | (5 927) | 15 872 |
| Outros ativos tangíveis | 157 | (133) | - | - | (16) | 8 |
| | 488 895 | (413 440) | 54 932 | (2 220) | (35 460) | 92 707 |
| Ativos tangíveis em curso | | | | | | |
| . De serviço próprio | 2 145 | - | - | - | - | 2 145 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 13 786 | - | - | - | - | 13 786 |
| . Equipamento | 8 235 | (3 929) | 11 840 | - | - | 16 146 |
| | 24 166 | (3 929) | 11 840 | - | - | 32 077 |
| | 966 991 | (685 510) | 69 311 | (2 486) | (36 457) | 311 849 |

## 10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| Saldos em 31-12-2015 | | | | Saldos em 31-12-2016 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | Amortizações do exercício | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Valor Líquido |
| 98 443 | (82 869) | 13 044 | (1 472) | 111 486 | (84 341) | 27 145 |

| Saldos em 31-12-2014 | | | | Saldos em 31-12-2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor bruto | Amortizações acumuladas | Adições | Amortizações do exercício | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Valor Líquido |
| 87 282 | (81 740) | 11 161 | (1 129) | 98 443 | (82 869) | 15 574 |

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de mCve. 23 320 (2015: mCve. 14.058), encontrava-se em curso à data do Balanço.

## 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | | 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Ativo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10 000 | 67 612 | 31-12-2016 (*) | 1 231 774 | 168 313 | 676 120 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15 000 | 12 443 | 31-12-2015 (*) | 83 839 | (5 999) | 82 955 |
| | | | 80 055 | | | | |

| | | | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Ativo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10 000 | 61 086 | 31-12-2015 (*) | 874 956 | 139 921 | 610 857 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15 000 | 12 443 | 31-12-2015 (*) | 83 839 | (5 999) | 82 955 |
| | | | 73 529 | | | | |

(*) Demonstrações Financeiras provisórias

*SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.*

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de Direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

*CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.*

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objeto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de dezembro. Em 23 de dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de atividade da Sociedade. Em 18 de Dezembro de 2014 foi emitido pelo Banco de Cabo Verde o certificado de registo n.º 05/2014 e a Sociedade passou a constar do registo das Instituições Financeiras e Auxiliares do Sistema Financeiro.

O Banco classificou a participação na CVGARANTE como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 15%, dado que o Banco faz parte do órgão de administração, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da CV Garante, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2016 e 2015 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | SISP | CV GARANTE | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 58 360 | 13 314 | 71 674 |
| Resultados em Associadas | 13 855 | (871) | 12 984 |
| Dividendos recebidos | (11 129) | - | (11 129) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 61 086 | 12 443 | 73 529 |
| Resultados em Associadas | 15 129 | - | 15 129 |
| Dividendos recebidos | (8 603) | - | (8 603) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 67 612 | 12 443 | 80 055 |

À presente data, não estão ainda disponíveis as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2016 da CV GARANTE, não sendo do conhecimento do Conselho de Administração nenhum facto relevante que alterasse substancialmente o valor da participação reconhecido em 31 de dezembro de 2016.

## 12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.
Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Ativos por impostos correntes | | |
| . Pagamentos por conta e retenções na fonte | 43 679 | 40 928 |
| Passivos por impostos correntes | | |
| . Imposto Corrente | 5 983 | 2 326 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | (6 691) | (6 412) |

A variação dos ativos por impostos correntes corresponde às retenções na fonte sobre os rendimentos referentes às obrigações emitidas pelas empresas, durante o exercício de 2016.
O aumento dos passivos por impostos correntes compreende o cálculo do valor da tributação autónoma do exercício de 2016.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2016 e 2015, corresponde ao cálculo do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 20), utilizando a taxa agregada de imposto de 25,5%.
O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.
O imposto do exercício foi apurado como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Resultado antes de impostos** | **15 605** | **7 389** |
| | | |
| **A adicionar** | **12 505** | **14 177** |
| Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial | | 870 |
| As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC | 5 858 | 4 214 |
| Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais | | 146 |
| Outras perdas por imparidade não aceites | | 72 |
| Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros | 602 | 556 |
| Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário | 450 | 1 849 |
| Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros | 4 994 | 5 636 |
| 50% dos gastos com despesas de representação | 602 | 833 |
| | | |
| **A deduzir** | **( 69 249)** | **( 76 219)** |
| Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial | ( 15 129) | ( 13 854) |
| Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores | | ( 13 744) |
| Mais-valias contabilísticas | ( 617) | ( 642) |
| Depreciações e amortizações tributadas em períodos anteriores | ( 1 363) | ( 235) |
| Benefícios fiscais | ( 16 046) | ( 13 703) |
| Rendimentos de capitais à taxa liberatória | ( 36 093) | ( 34 042) |
| | | |
| **Prejuízo fiscal** | **( 41 139)** | **( 54 653)** |
| Taxa aplicável | 25,5% | 25,5% |
| Taxa Efetiva | -264% | -740% |
| | | |
| Imposto do exercicio | 0 | 0 |
| Tributação autónoma | 3 657 | 2 326 |
| | 3 657 | 2 326 |

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorporou um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de cerca mCve. 145.000, relativamente aos quais não registou, por não ter sido possível garantir a sua recuperação, ativos por impostos diferidos no montante de cerca mCve. 37.500:

| | Prejuízos Fiscais |
|---|---|
| Exercício de 2013 | 34 475 |
| Exercício de 2014 | 14 692 |
| Exercício de 2015 | 54 653 |
| Exercício de 2016 | 41 139 |
| | 144 959 |

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016.

## 13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Devedores e outras aplicações | | |
| . Valores a receber dos Correios de Cabo Verde | - | 12 409 |
| . Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde | 15 318 | 12 648 |
| . Valores a receber do Grupo | - | - |
| . Outros | 10 182 | 55 486 |
| Outros ativos | | |
| . Património artístico | 1 886 | 1 756 |
| Rendimentos a receber | | |
| . Outros | 1 863 | 3 142 |
| Despesas com encargo diferido | | |
| . Outros gastos administrativos | 29 839 | 19 308 |
| Outras contas de regularização | 8 564 | 8 136 |
| | 67 652 | 112 885 |
| Imparidade de outros activos (Nota 18) | (11 975) | (15 789) |
| | 55 677 | 97 096 |
| Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio | 711 009 | - |
| Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio | (136 189) | - |
| | 574 820 | - |
| | 630 497 | 97 096 |

Em 2015, o saldo de valores a receber dos Correios de Cabo Verde, representava o saldo referente a regularizações referente a pensões do Centro Nacional de Pensões de Portugal, tendo sido regularizado em 2016.

A diminuição da rubrica de Outros Devedores, resulta essencialmente do facto de em 2015, o saldo incluir um valor a receber referente à venda de um imóvel no montante de mCve. 22 500 e outros valores a receber do Grupo Oasis no montante de mCVe. 17 778. Esses saldos foram regularizados no primeiro trimestre de 2016.

O aumento das despesas com encargo diferido, justifica-se com gastos elevados com os processos de reestruturação e reorganização de políticas e procedimentos internos que decorrerão por um período de 3 anos.

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio, decompõe-se com segue:

| | 2016 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 01-01-2016 | | | | | | Perdas por imparidade, líquidas | Saldo em 31-12-2016 | |
| | Valor bruto | Imparidade | Recuperações | Alienações | Transferências | Outros | (Nota 18) | Valor bruto | Imparidade |
| Terreno Palha Sé (40.737 metros quadrados) | 110 658 | (22 478) | - | - | - | - | - | 110 658 | (22 478) |
| Habitação em Santa Maria Sal | 22 478 | - | - | - | - | 147 | - | 22 625 | - |
| Terreno Palha Sé (5.780 metros quadrados) | 21 981 | (947) | - | - | - | - | - | 21 981 | (947) |
| Habitação na Praia | 15 532 | (4 305) | - | - | - | - | (2 758) | 15 532 | (7 063) |
| Habitação em Chã de Monte Sossego | 9 291 | (2 334) | - | - | - | 28 | - | 9 319 | (2 334) |
| Terreno Palmarejo | 251 363 | - | - | - | - | - | - | 251 363 | - |
| Armazém na Praia | 192 621 | (61 669) | - | - | 130 952 | - | - | - | - |
| Terreno em Ponta Preta - Sal | - | - | 279 531 | - | - | - | (103 367) | 279 531 | (103 367) |
| | 623 925 | (91 734) | 279 531 | - | | 175 | (106 125) | 711 009 | (136 189) |

As recuperações do exercício de 2016, compreendem a adjudicação de um Imóvel, localizado em Ponta Preta, Ilha do Sal, cujo valor líquido no Balanço em 31 de Dezembro de 2016 ascendia a mCve 176.162.

O saldo inicial da rubrica de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio foi transferido, em 2016, da rubrica de Ativos não correntes detidos para venda (ver Nota 8):

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31-12-2014 | | Recuperações | Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18) | Saldo em 31-12-2015 | |
| | Valor bruto | Imparidade | | | Valor bruto | Imparidade |
| Terreno Palha Sé (40.737 metros quadrados) | 110 658 | (10 567) | - | (11 911) | 110 658 | (22 478) |
| Habitação em Santa Maria Sal | 22 478 | - | - | - | 22 478 | - |
| Terreno Palha Sé (5.780 metros quadrados) | 21 981 | - | - | (947) | 21 981 | (947) |
| Habitação na Praia | 15 532 | (2 033) | - | (2 272) | 15 532 | (4 305) |
| Habitação em Chã de Monte Sossego | 9 291 | (1 502) | - | (832) | 9 291 | (2 334) |
| Terreno Palmarejo | - | - | 251 363 | - | 251 363 | - |
| Armazém na Praia | - | - | 192 621 | (61 668) | 192 621 | (61 669) |
| | 179 940 | (14 102) | 443 985 | (77 631) | 623 925 | (91 734) |

## 14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | Valor | | Taxa Média de Remuneração | |
|---|---|---|---|---|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Recursos de instituições de crédito nacionais | | | | |
| . Empréstimos de empresas seguradoras | | | | |
| Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A. | 279 876 | 298 088 | 4,20% | 4,33% |
| Protege Corretora Seguros | - | 7 137 | N/A | 4,00% |
| Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL | 814 | - | 0% | 0% |
| . Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA | 46 788 | - | 0% | 0% |
| | 327 478 | 305 225 | | |
| Recursos de instituições de crédito no estrangeiro | | | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem: | | | | |
| ECV - Serviços Financeiros, S.A. | 1 | 27 056 | 0% | 0% |
| . Empréstimos | | | | |
| Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) | 43 636 | 54 545 | 3,36% | 3,36% |
| Caixa Geral de Depósitos | 28 375 | 27 631 | 1,87% | 2,19% |
| | 72 011 | 82 176 | | |
| Juros a pagar | 4 513 | 5 957 | | |
| | 404 003 | 420 414 | | |

Em 14 de outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha esta linha utilizada em 395.740 euros e 495.675 euros (mCve. 43.636 e mCve. 54.545), respetivamente.

Em 14 de outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 28.375 e mCve 27.631, respetivamente.

## 15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | | Taxa Média de Remuneração | |
|---|---|---|---|---|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Depósitos de poupança: | | | | |
| . Poupança jovem | 167 274 | 149 427 | 4,15% | 4,50% |
| Depósitos à ordem | | | | |
| . De residentes | 6 930 647 | 6 396 726 | 0% | 0% |
| . De não residentes | 1 254 009 | 1 420 346 | 0% | 0% |
| . De emigrantes | 679 479 | 601 643 | 0% | 0% |
| | 8 864 136 | 8 418 715 | | |
| Depósitos a prazo | | | | |
| . De residentes | 8 724 643 | 7 608 397 | 3,88% | 4,31% |
| . De emigrantes | 4 337 767 | 3 581 745 | 4,76% | 5,13% |
| . De não residentes | 2 580 673 | 2 047 633 | 4,36% | 4,67% |
| | 15 643 083 | 13 237 775 | | |
| Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7) | | | | |
| . Obrigações do Tesouro | 102 000 | 102 000 | 5,78% | 5,78% |
| Outros débitos | | | | |
| . Cheques e ordens a pagar | 12 819 | 7 216 | N/A | N/A |
| | 24 789 312 | 21 915 134 | | |
| Juros a pagar | 221 863 | 214 420 | | |
| | 25 011 175 | 22 129 553 | | |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

## 16. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Passivos subordinados | | |
| . Capital | 500 000 | 500 000 |
| . Juros | 15 245 | 15 245 |
| . Comissões diferidas | (331) | (331) |
| | 514 914 | 514 914 |

Em 30 de julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusive):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de julho de 2013 a 8 de julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

## 17. PROVISÕES

O saldo da rubrica de Provisões, que transita de exercícios anteriores, compreende uma provisão constituída em 31 de dezembro de 2014 referente a um processo de um imóvel denominado "Habitação na Praia" uma vez que se encontra a decorrer um processo judicial onde foi solicitada a nulidade do acordo de dação em cumprimento. Em virtude da inexistência de jurisprudência relativamente à situações de natureza idêntica foi entendimento do Conselho de Administração do Banco proceder à constituição de uma provisão de 50% do valor do imóvel líquido de imparidade, no montante de mCve. 5.733.

## 18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| | 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-15 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Trasferências | Saldos em 31-12-16 |
| Imparidade | | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 7) | 1 393 528 | 26 683 | (131 302) | | 1 288 910 |
| Imparidade de ativos financeiros financeiros | - | | | | - |
| disponíveis para venda (Nota 5) | 11 891 | - | - | | 11 891 |
| | 1 402 603 | 26 683 | (131 302) | | 1 300 800 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9) | 3 929 | - | (3 011) | 61 670 | 62 588 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 13) | 15 789 | 106 125 | (3 814) | 30 064 | 148 164 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 8) | 91 734 | - | - | (91 734) | - |
| | 111 452 | 106 125 | (6 825) | - | 210 752 |
| | 1 450 094 | 132 808 | (138 127) | - | 1 511 552 |

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2014 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Saldos em 31-12-2015 |
| Imparidade | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 7) | 1 390 712 | 40 006 | (37 190) | 1 393 528 |
| Imparidade de ativos financeiros financeiros | | | | - |
| disponíveis para venda (Nota 5) | 11 891 | - | - | 11 891 |
| | 1 402 603 | 40 006 | (37 190) | 1 405 419 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9) | 17 673 | (13 744) | - | 3 929 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 13) | 15 717 | 72 | - | 15 789 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 8) | 14 102 | 77 632 | - | 91 734 |
| | 47 491 | 63 960 | - | 111 452 |
| | 1 450 094 | 103 966 | (37 190) | 1 516 871 |

Por instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco Interatlântico apresentou a seguinte menção no Anexo ao Relatório de 2015:

*O Banco Interatlântico apresenta um diferencial entre provisões e imparidades que, por determinação do Banco de Cabo Verde, deve ser eliminado num prazo de até 6 anos, sendo que o primeiro desses anos é 2015.*
*A 31 de Dezembro de 2015 este diferencial situava-se em c. 235 mil contos. Em 31 de Dezembro de 2014 o diferencial era de c. 335 mil contos.*
*Até que esta diferença seja eliminada, determina o Banco de Cabo Verde que o Banco Interatlântico não poderá distribuir dividendos aos seus accionistas ou atribuir bónus aos seus gestores.*

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco conseguiu eliminar a totalidade do diferencial.

## 19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Credores diversos | | |
| Credores diversos - Por valores a liquidar | 711 | 4 527 |
| Sector Público Administrativo | | |
| . Retenção de impostos na fonte | 13 953 | 16 526 |
| . Previdência social | 3 082 | 2 919 |
| . Imposto sobre o valor acrescentado | 1 311 | 1 245 |
| Recursos diversos | | |
| . Conta caução | 9 869 | 11 243 |
| Cobrança por conta de terceiros | 110 | 234 |
| Outros | 252 | 253 |
| | 29 288 | 36 947 |
| Encargos a pagar | | |
| Custos administrativos | 16 481 | 15 320 |
| Férias por gozar | 13 688 | 13 707 |
| Subsídio de férias | 4 942 | 4 287 |
| Prémios de produtividade | - | - |
| Outras Rendas | - | 270 |
| Assistencia Médica - Consultas | 50 | 50 |
| | 35 161 | 33 634 |
| Receitas com rendimento diferido | | |
| De operações extrapatrimoniais | 7 876 | 9 693 |
| Anuidades de cartões | 3 824 | 3 749 |
| De créditos documentários | 1 355 | 1 293 |
| Outros | 338 | 338 |
| | 13 394 | 15 074 |
| Outras contas de regularização | | |
| Cartões VISA | 2 529 | 1 620 |
| Cheques devolvidos | 2 298 | 2 242 |
| ATM - Multibanco | 32 058 | 32 620 |
| Compensação - Transferências Interbancárias | 59 480 | 20 796 |
| | 96 365 | 57 277 |
| | 174 208 | 142 931 |

O aumento verificado na rubrica "Compensação – Transferências Interbancárias", justifica-se pelo volume elevado de transferências interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2016, em comparação com o ano de 2015.

## 20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital do Banco estava representado por 100.000 ações, com o valor nominal de mCve. 10 cada, ascendo ao valor global de mCve.1.000.000, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

| Entidade | Número de ações | % |
|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 70 000 | 70,00% |
| Empreitel Figueiredo, S.A.R.L. | 11 687 | 11,69% |
| Adega, S.A.R.L. | 6 732 | 6,73% |
| Sita, S.A.R.L. | 5 447 | 5,45% |
| Outros | 6 134 | 6,13% |
| | 100 000 | 100,00% |

## 21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Prémios de emissão | 388 | 388 |
| Reservas de justo valor | | |
| . De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 26 238 | 25 142 |
| . De impostos diferidos (Nota 12) | (6 691) | (6 411) |
| Outros | | - |
| | 19 548 | 18 731 |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| . Reserva legal | 144 470 | 143 963 |
| . Outras reservas | 720 100 | 715 544 |
| . Resultados transitados | (146 396) | (146 396) |
| | 718 174 | 713 111 |
| Resultado do exercício | 11 948 | 5 063 |
| | 750 058 | 737 293 |

As variações das rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas compreendem a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015.

*Reservas de justo valor*

Refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

*Reserva legal*

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

## 22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Juros de crédito a clientes | | |
| . Crédito interno | 786 966 | 719 412 |
| . Crédito vencido | 132 068 | 136 223 |
| . Crédito ao exterior | 49 420 | 51 472 |
| . Crédito ao pessoal | 9 401 | 9 175 |
| . Outros créditos e valores a receber - titulados | | |
| Títulos de dívida | | |
| De emissores públicos nacionais | | |
| . Obrigações do Tesouro | 165 152 | 134 366 |
| . Bilhetes do Tesouro | 341 | 2 473 |
| De outros residentes | 30 224 | 32 540 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito | | |
| . No país | 6 362 | 4 898 |
| . No estrangeiro | 19 407 | 12 935 |
| Juros de disponibilidades | - | - |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 39 933 | 43 742 |
| | 1 239 274 | 1 147 236 |

Nos exercícios de 2016 e 2015, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve 5.908 e mCve. 5.892, respetivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo da rubrica "Juros de crédito a clientes – crédito vencido" inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

## 23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Juros de depósitos | | |
| . Depósitos de poupança | | |
| Poupança Jovem | 6 357 | 5 885 |
| . Depósitos à ordem | | |
| De residentes | 27 272 | 23 269 |
| De não residentes | - | - |
| . Depósitos a prazo | | |
| De residentes | 308 058 | 313 842 |
| De emigrantes | 206 430 | 178 090 |
| De não residentes | 100 489 | 100 841 |
| | - | 0 |
| Juros de passivos subordinados | 31 875 | 31 875 |
| | | |
| Juros de empréstimos | | |
| . Do Banco de Cabo Verde | | |
| . De residentes | 12 554 | 11 588 |
| . De não residentes | 2 315 | 2 429 |
| Juros de credores e outros recursos | | |
| . Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22) | | |
| Obrigações do Tesouro | 5 908 | 5 892 |
| Bilhetes do Tesouro | - | - |
| Outros juros e encargos similares | 30 301 | 7 185 |
| Comissões pagas associadas ao custo amortizado | 282 | - |
| | 731 841 | 680 897 |

## 24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Rendimentos de activos disponíveis para venda: | | |
| . Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 4 978 | 4 013 |
| . Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. | 971 | 971 |
| . VISA International Service Association | 80 | 91 |
| . Enacol - Empresa nacional de Combustíveis S.A. | 64 | - |
| | 6 093 | 5 074 |

## 25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por operações sobre instrumentos financeiros | 40 318 | 36 648 |
| Por serviços prestados | | |
| . Comissões de anuidades de cartões | 37 585 | 40 157 |
| . Comissões na emissão de cheques | 11 949 | 11 204 |
| | 49 534 | 51 361 |
| Por garantias prestadas | | |
| . Garantias e avales | 31 444 | 34 192 |
| . Créditos documentários | 3 756 | 6 707 |
| | 35 200 | 40 898 |
| Outras comissões | 36 882 | 5 142 |
| | 161 933 | 134 050 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Por garantias recebidas | | |
| . Créditos documentários abertos | - | 5 923 |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | | |
| . Comissões VISA | 14 932 | 15 751 |
| . Outras comissões | 10 790 | 10 266 |
| | 25 721 | 26 017 |
| | 25 721 | 26 017 |
| | 25 721 | 31 940 |

## 26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lucros | Prejuízos | Líquido | Lucros | Prejuízos | Líquido |
| Resultados em divisas | 1 014 828 | (988 480) | 26 348 | 35 166 | (4 501) | 30 665 |
| Resultados em notas e moedas | 15 736 | (7 048) | 8 688 | 20 519 | (5 740) | 14 779 |
| | 1 030 564 | (995 527) | 35 037 | 55 685 | (10 241) | 45 443 |

## 27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em Outros Ativos e outros ativos tangíveis:

| | 2016 | 2016 |
|---|---|---|
| Outros Ativos | 191 | - |
| Activos Tangíveis | 632 | 378 |
| | 823 | 378 |

## 28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Outros proveitos de exploração | | |
| Prestação de serviços diversos: | | |
| . Taxa de serviço | 33 372 | 34 983 |
| . Cartões de crédito | 17 583 | 18 264 |
| . Outros | 9 099 | 9 344 |
| Ganhos na alienação de imóveis recebidos em dação | | |
| Reembolso de despesas | 70 | 45 |
| Recuperação de crédito | - | - |
| Outros | 3 296 | 2 725 |
| | 63 419 | 65 361 |
| Outros custos de exploração | | |
| Outros impostos | (6 582) | (6 012) |
| Donativos e quotizações | (1 901) | (3 326) |
| Outros | (18 782) | (13 968) |
| | (27 265) | (23 307) |
| | 36 153 | 42 054 |

Em 2016 e 2015, a rubrica "Outros custos de exploração – outros" inclui os montantes de mCve. 11.421 e mCve. 11.653, respetivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efetuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respetivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica "Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos – outros".

## 29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Remunerações dos empregados | 187 972 | 177 388 |
| Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização | 33 257 | 26 244 |
| Encargos sociais obrigatórios | 24 310 | 23 591 |
| Outros | 1 010 | 5 792 |
| | 246 549 | 233 015 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Direção | 2 | 2 |
| Coordenadores | 8 | 8 |
| Responsáveis / Gerentes | 26 | 27 |
| Administrativos | 93 | 84 |
| Auxiliares | 4 | 4 |
| | 133 | 125 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os números apresentados acima incluem 43 e 32, respetivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

## 30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Serviços especializados | | |
| . Serviços de informática | 45 741 | 35 857 |
| . Serviços especializados - SISP | 31 713 | 33 192 |
| . Segurança e vigilância | 21 938 | 21 754 |
| . Honorários | 8 302 | 10 485 |
| . Serviços de limpeza | 7 663 | 7 427 |
| . Assessoria | 3 622 | 6 678 |
| . Consultoria | 16 516 | 3 500 |
| . Serviços de auditoria | 4 055 | 3 417 |
| . Serviços de manutenção | 12 | 301 |
| . Outros serviços especializados | 23 625 | 16 869 |
| Rendas e alugueres | 29 010 | 30 157 |
| Água, energia e combustíveis | 18 090 | 21 278 |
| Publicidade e edição de publicações | 13 569 | 19 919 |
| Comunicações e despesas de expedição | 17 372 | 16 689 |
| Impressos e material de consumo corrente | 12 147 | 13 312 |
| Transportes | 9 711 | 10 202 |
| Seguros | 11 264 | 9 548 |
| Deslocações, estadas e representação | 8 326 | 9 880 |
| Conservação e reparação | 6 352 | 7 278 |
| Formação de pessoal | 1 294 | 760 |
| Outros | 950 | 1 315 |
| | 291 271 | 279 818 |

## 31. RESULTADO POR ACÇÃO

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Resultado após imposto | 11 948 | 5 063 |
| Número de acções | 100 000 | 100 000 |
| Resultado por acção (CVE) | 119 | 51 |

## 32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| . Garantias e avales prestados | 1 460 142 | 2 635 551 |
| . Créditos documentários abertos | 3 006 | 1 120 |
| . Limites de créditos não utilizados | 1 437 690 | 1 506 849 |
| . Ativos recebidos em garantia | 6 922 423 | 6 172 724 |
| | 9 823 261 | 10 316 243 |

## 33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- ***Negociação e vendas*** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- ***Banca comercial*** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- ***Banca de retalho*** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

| | 2016 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociação e vendas | Banca comercial | Banca de retalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 235 058 | 711 220 | 292 996 | 1 239 274 |
| Juros e encargos similares | (77 326) | (322 155) | (332 359) | (731 841) |
| MARGEM FINANCEIRA | 157 731 | 389 065 | (39 364) | 507 433 |
| | | | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 6 093 | - | - | 6 093 |
| Rendimentos com serviços e comissões | 37 913 | 82 138 | 41 882 | 161 933 |
| Encargos com serviços e comissões | (16 451) | (4 563) | (4 708) | (25 721) |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - |
| Resultados de reavaliação cambial | | 239 878 | (204 841) | 35 037 |
| Resultados de alienação de outros ativos | 823 | - | - | 823 |
| Outros resultados de exploração | - | 31 495 | 4 658 | 36 153 |
| PRODUTO BANCÁRIO | 186 109 | 738 013 | (202 372) | 721 750 |
| | | | | |
| Outros custos e proveitos | | | | (709 802) |
| Resultado líquido do exercício | | | | 11 948 |
| | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1 425 917 | - | - | 1 425 917 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 960 363 | - | - | 960 363 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 280 258 | - | - | 280 258 |
| Aplicações em instituições de crédito | 7 297 536 | - | - | 7 297 536 |
| Crédito a clientes | 3 451 391 | 8 380 695 | 4 873 230 | 16 705 315 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 404 003 | - | - | 404 003 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 12 310 624 | 12 700 550 | 25 011 175 |
| Outros passivos subordinados | 514 914 | - | - | 514 914 |

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociaçãoe vendas | Bancacomercial | Banca deretalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 198 264 | 669 267 | 279 705 | 1 147 236 |
| Juros e encargos similares | (53 077) | (305 724) | (322 096) | (680 897) |
| MARGEM FINANCEIRA | 145 187 | 363 543 | (42 391) | 466 339 |
| | | | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 5 074 | - | - | 5 074 |
| Rendimentos com serviços e comissões | 40 505 | 60 486 | 33 059 | 134 050 |
| Encargos com serviços e comissões | (17 852) | (6 861) | (7 227) | (31 940) |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 1 135 | - | - | 1 135 |
| Resultados de reavaliação cambial | - | 34 285 | 11 158 | 45 443 |
| Resultados de alienação de outros ativos | 378 | - | - | 378 |
| Outros resultados de exploração | - | 42 055 | - | 42 055 |
| PRODUTO BANCÁRIO | 174 427 | 493 508 | (5 401) | 662 534 |
| | | | | |
| Outros custos e proveitos | | | | (657 471) |
| Resultado líquido do exercício | | | | 5 063 |
| | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2 704 040 | - | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | - | - | 613 195 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 278 722 | - | - | 278 722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | - | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | - | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes | - | 8 460 059 | 4 522 803 | 12 982 862 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 420 414 | - | - | 420 414 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 10 776 239 | 11 353 314 | 22 129 553 |
| Outros passivos subordinados | 514 914 | - | - | 514 914 |

## 34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

| | 2016 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | |
| | CGD | Sucursal de França | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Associadas | CV Garante |
| Ativos: | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 864 387 | 483 | 7 138 | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | 243 955 | 15 307 | | - |
| Crédito a clientes | - | - | 1 337 | - | | - |
| Imparidade | - | - | (10 011) | (1 880) | - | - |
| Outros ativos | - | - | - | | 64 341 | 12 443 |
| Passivos: | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | (28 504) | - | | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | (18 230) | (123 355) | (70 249) |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | (31 853) | - | - |
| Outros Passivos | - | - | - | - | (3 227) | - |
| Extrapatrimoniais: | | | | | | |
| Garantias prestadas | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos: | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 10 480 | - | 138 | - | - | - |
| Rendimentos de instrumentos de capital | - | - | 4 978 | - | | - |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | - | - | - | 62 959 | - |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - |
| Gastos: | | | | | | |
| Juros e encargos similares | (1) | (606) | - | (2 615) | (1 046) | (3 460) |
| Encargos com serviços e comissões | (1 059) | - | - | - | (1 983) | - |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | - | (31 442) | - |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | - | - | - | - | - | - |

| | 2015 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | | |
| | CGD | Sucursal de França | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Promoleasing | Associadas | CV Garante |
| Ativos: | | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 442 600 | 17 848 | 3 521 | - | | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 881 299 | - | - | - | | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | | | | |
| Crédito a clientes | - | - | 246 337 | 15 307 | - | - | - |
| Imparidade | - | - | 2 678 | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | (10 011) | 1 880 | - | - | - |
| Passivos: | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | (27 631) | - | | - | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | (932) | - | (87 932) | (72 264) |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | (28 000) | - | - | - |
| Outros Passivos | - | (90) | - | - | - | (2 781) | - |
| Extrapatrimoniais: | | | | | | | |
| Garantias prestadas | - | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos: | | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | - | - | 218 | - | - | - | - |
| Rendimentos de instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | - | - | - | - | 47 260 | - |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - | 1 135 | - | - |
| Gastos: | | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | (355) | - | - | - | (2 100) | - |
| Encargos com serviços e comissões | - | - | - | - | - | (31 825) | - |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | - | - | (32 154) | - |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | - | - | (53) | - | - | - | - |

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

*Órgãos de gestão*

Em 2016, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 30.390 (2015: mCve. 26.046).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 4.884 e mCve. 3.503, respetivamente.

## 35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Em 2016 foi criada a Comissão de Gestão dos Riscos e implementado um tableau de acompanhamento trimestral, presidido por um Administrador não Executivo e com reporte regular ao Conselho de Administração.

Adicionalmente foram aprovadas Políticas de Risco e Guidelines para 2017.

*Risco cambial*

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

*Risco de liquidez*

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

| | 2016 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1 425 917 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 425 917 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 960 363 | - | - | - | - | - | - | - | - | 960 363 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 746 116 | 551 420 | - | - | - | - | - | - | - | 7 297 536 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 482 712 | 90 508 | 500 902 | 2 407 893 | 1 131 007 | 2 337 961 | 4 600 554 | 6 442 688 | - | 17 994 225 |
| | 9 615 107 | 641 928 | 500 902 | 2 407 893 | 1 131 007 | 2 337 961 | 4 600 554 | 6 442 688 | - | 27 678 040 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (76 882) | (7 467) | (67 775) | (5 455) | (235 516) | (10 909) | - | - | - | (404 003) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (7 262 755) | (2 137 748) | (2 093 681) | (9 279 538) | (4 077 559) | (159 893) | - | - | - | (25 011 175) |
| Outros passivos subordinados | (14 914) | - | - | - | (500 000) | - | - | - | - | (514 914) |
| | (7 354 551) | (2 145 215) | (2 161 456) | (9 284 992) | (4 813 075) | (170 802) | - | - | - | (25 930 091) |
| Fora de Balanço (Garantias Prestadas) | 1 460 142 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 460 142 |
| GAP (Ativos - Passivos) | 3 720 699 | (1 503 287) | (1 660 554) | (6 877 099) | (3 682 068) | 2 167 159 | 4 600 554 | 6 442 688 | - | 1 747 948 |

| | 2015 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 704 040 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | - | - | - | - | - | - | - | - | 613 195 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 239 437 | 63 917 | 322 807 | 2 326 721 | - | - | - | - | - | 4 952 882 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 375 976 | 108 686 | 149 205 | 2 190 701 | 1 486 725 | 2 706 664 | 3 265 113 | 6 450 028 | - | 16 733 098 |
| | 5 932 648 | 172 603 | 472 012 | 4 517 422 | 1 486 725 | 2 706 664 | 3 265 113 | 6 450 028 | - | 25 003 215 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (67 319) | (61 363) | (231 262) | (16 523) | (21 818) | (22 129) | - | - | - | (420 414) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (6 618 624) | (1 539 109) | (1 717 463) | (7 137 276) | (5 053 932) | (63 149) | - | - | - | (22 129 553) |
| Outros passivos subordinados | (14 914) | - | - | - | - | - | (500 000) | - | - | (514 914) |
| | (6 700 857) | (1 600 472) | (1 948 725) | (7 153 799) | (5 075 750) | (85 278) | (500 000) | - | - | (23 064 881) |
| Fora de Balanço (Garantias Prestadas) | 2 635 551 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 635 551 |
| GAP (Ativos - Passivos) | 1 867 342 | (1 427 869) | (1 476 713) | (2 636 377) | (3 589 025) | 2 621 386 | 2 765 113 | 6 450 028 | - | 4 573 885 |

*Risco de taxa de juro*

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspetos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas ativas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como "referência" dos ativos ou passivos;
- os contratos de crédito prevêem possibilidade de alteração de taxas de juro sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de ativos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.

*Risco de crédito*

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efetuar a avaliação do risco de crédito, e reporta diretamente ao Presidente

da Comissão Executiva.

Tem como principal objetivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e atualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira

de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, o Gabinete de Apoio de Negócio, apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

*Risco de mercado*

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em ações e títulos de rendimento fixo.

*Risco de Crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

| | 2016 | | |
|---|---|---|---|
| | Exposição Bruta | Imparidade | Exposição Efetiva |
| Disponibilidades | 1 425 917 | - | 1 425 917 |
| Aplicações em instituições de crédito | 7 297 536 | - | 7 297 536 |
| Crédito a clientes | 17 994 225 | 1 288 910 | 16 705 315 |
| Outros Activos | 15 387 | 11 975 | 3 412 |
| | 26 733 065 | 1 300 885 | 25 432 180 |
| Garantias e avales | 1 460 142 | - | 1 460 142 |
| Créditos documentários abertos | 3 006 | - | 3 006 |
| | 1 463 148 | - | 1 463 148 |
| Exposição máxima | 28 196 213 | 1 300 885 | 26 895 328 |

| | 2015 | | |
|---|---|---|---|
| | Exposição Bruta | Imparidade | Exposição Efetiva |
| Disponibilidades | 2 704 040 | - | 2 704 040 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | - | 4 952 882 |
| Crédito a clientes | 16 733 098 | 1 393 527 | 15 339 571 |
| Outros Activos | 67 896 | 15 789 | 52 107 |
| | 24 457 916 | 1 409 316 | 23 048 600 |
| Garantias e avales | 2 635 551 | - | 2 635 551 |
| Créditos documentários abertos | 1 120 | - | 1 120 |
| | 2 636 670 | - | 2 636 670 |
| Exposição máxima | 27 094 586 | 1 409 316 | 25 685 270 |

*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

| | 2016 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em "Default" | Total |
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 6 235 400 | 1 801 | 630 012 | 6 867 214 |
| Vencido | 177 | 31 | 1 680 754 | 1 680 962 |
| | 6 235 577 | 1 832 | 2 310 766 | 8 548 175 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2 731 643 | 17 092 | 127 085 | 2 875 819 |
| Vencido | - | 104 | 73 869 | 73 974 |
| | 2 731 643 | 17 196 | 200 954 | 2 949 793 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1 755 003 | 7 142 | 240 376 | 2 002 521 |
| Vencido | 53 676 | 3 098 | 137 823 | 194 598 |
| | 1 808 679 | 10 240 | 378 200 | 2 197 119 |
| Crédito ao Setor Público | | | | |
| Vincendo | 407 285 | - | 12 | 407 297 |
| Vencido | - | - | | - |
| | 407 285 | - | 12 | 407 297 |
| Total crédito vincendo | 11 129 330 | 26 035 | 997 485 | 12 152 850 |
| Total crédito vencido | 53 853 | 3 233 | 1 892 447 | 1 949 533 |
| Total de crédito | 11 183 183 | 29 268 | 2 889 932 | 14 102 383 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 1 463 148 | - | - | 1 463 148 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a Setor Público | | | | |
| Vincendo | - | - | - | - |
| Total de extrapatrimoniais | 1 463 148 | - | - | 1 463 148 |

| | 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empresas | Particulares Habitação | Particulares Outros | Sector Público | Total |
| Sem vencido nem imparidade individual | 5 843 298 | 2 744 092 | 1 750 168 | 407 285 | 10 744 842 |
| Com vencido mas sem imparidade individual | 119 901 | 205 701 | 151 125 | 12 | 476 739 |
| Inferior a 30 dias | 3 861 | - | 15 446 | - | 19 307 |
| 30 a 90 dias | - | - | 5 318 | - | 5 318 |
| 91 a 180 dias | 2 343 | 17 196 | 2 420 | - | 21 959 |
| 181 a 360 dias | 10 436 | 2 155 | 1 927 | - | 14 518 |
| superior a 360 dias | 103 261 | 186 351 | 126 015 | 12 | 415 638 |
| Créditos com imparidade individual | 2 584 977 | - | 295 826 | - | 2 880 803 |
| Inferior a 30 dias | 463 188 | - | 147 762 | - | 610 951 |
| 30 a 90 dias | - | - | - | - | - |
| 91 a 180 dias | 34 | - | 2 180 | - | 2 215 |
| 181 a 360 dias | 71 410 | - | 74 191 | - | 145 601 |
| superior a 360 dias | 2 050 345 | - | 71 692 | - | 2 122 036 |
| Total | 8 548 175 | 2 949 793 | 2 197 119 | 407 297 | 14 102 383 |

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em "Default" | Total |
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 6 002 851 | 41 960 | 771 552 | 6 816 363 |
| Vencido | 205 | 4 484 | 2 068 032 | 2 072 721 |
| | 6 003 056 | 46 444 | 2 839 584 | 8 889 084 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2 666 785 | 4 661 | 182 450 | 2 853 896 |
| Vencido | - | 91 | 70 479 | 70 570 |
| | 2 666 785 | 4 752 | 252 929 | 2 924 466 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1 481 077 | 21 674 | 196 282 | 1 699 033 |
| Vencido | 5 487 | 3 855 | 153 775 | 163 117 |
| | 1 486 564 | 25 529 | 350 057 | 1 862 150 |
| Crédito ao Setor Público | | | | |
| Vincendo | 243 309 | - | - | 243 309 |
| Vencido | - | - | 33 715 | 33 715 |
| | 243 309 | - | 33 715 | 277 024 |
| Total crédito vincendo | 10 394 022 | 68 295 | 1 150 284 | 11 612 601 |
| Total crédito vencido | 5 692 | 8 430 | 2 326 001 | 2 340 123 |
| Total de crédito | 10 399 714 | 76 725 | 3 476 285 | 13 952 724 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 2 635 550 | - | - | 2 635 550 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a Setor Público | | | | |
| Vincendo | - | 1 121 | - | 1 121 |
| Total de extrapatrimoniais | 2 635 550 | 1 121 | - | 2 636 671 |

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empresas | Particulares - Habitação | Particulares - Outros | Sector Público | Total |
| **Sem vencido nem imparidade individual** | **4 195 273** | **2 666 924** | **1 388 378** | **243 309** | **8 493 885** |
| **Com vencido mas sem imparidade individual** | **91 291** | **218 500** | **175 286** | **33 715** | **518 792** |
| Inferior a 30 dias | 3 982 | 415 | 17 621 | - | 22 017 |
| 30 a 90 dias | 9 258 | - | 6 468 | - | 15 726 |
| 91 a 180 dias | 7 144 | 22 697 | 6 649 | - | 36 489 |
| 181 a 360 dias | 8 283 | 19 939 | 8 273 | - | 36 494 |
| superior a 360 dias | 62 624 | 175 449 | 136 277 | 33 715 | 408 065 |
| **Créditos com imparidade individual** | **4 602 520** | **39 043** | **298 485** | **-** | **4 940 047** |
| Inferior a 30 dias | 1 989 460 | 21 647 | 194 789 | - | 2 205 896 |
| 30 a 90 dias | 112 580 | - | - | - | 112 580 |
| 91 a 180 dias | 22 454 | - | - | - | 22 454 |
| 181 a 360 dias | 45 753 | - | - | - | 45 753 |
| superior a 360 dias | 2 432 273 | 17 396 | 103 696 | - | 2 553 365 |
| **Total** | **8 889 084** | **2 924 466** | **1 862 149** | **277 024** | **13 952 724** |

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;

- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.880.803 (mCve. 5.183.690 Em 31 de dezembro de 2015), ascendendo a imparidade a mCve. 903.135 (mCve. 1.017.934 Em 31 de dezembro de 2015). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objeto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crédito vivo | Crédito vencido | Total | Crédito vivo | Crédito vencido | Total |
| Empresas | 22 068 | 182 717 | 204 786 | 706 382 | 86 721 | 793 103 |
| Particulares | 92 095 | 95 490 | 187 585 | 220 844 | 28 209 | 249 053 |
| | 114 164 | 278 207 | 392 371 | 927 226 | 114 930 | 1 042 156 |

*Justo valor*

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

| | 2016 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valorizados ao Justo Valor | | | |
| | Cotações de mercado | Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado | Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado | Total Justo Valor |
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | |
| Acções | 22 352 | | 233 944 | 256 296 |
| | | - | | - |
| Ativos financeiros | 22 352 | - | 233 944 | 256 296 |

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valorizados ao Justo Valor | | | |
| | Cotações de mercado | Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado | Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado | Total Justo Valor |
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | |
| Acções | 21 256 | | 233 944 | 255 200 |
| Ativos financeiros | 21 256 | - | 233 944 | 255 200 |

No exercício de 2016 não se registaram quaisquer entradas, saídas ou variação de justo valor na carteira de ativos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 13;

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa independente, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na IFRS 13.

(mil contos)

| Ativos classificados no Nível 3 | Modelo de valorização | Variável analisada | Valor de balanço | Cenário Desfavorável | | Cenário Favorável | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Variação | Impacto | Variação | Impacto |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | | | | |
| Ações | | | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico | Modelo de desconto de cash flows | Taxa de desconto | 243 955 | -50% | 154 424 | +50% | 398 379 |
| Total | | | 243 955,0 | - | 154 424 | | 398 379 |

** taxa de 13,3% Segundo avaliação*

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

| | 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Justo Valor | | | | |
| | Ativos/ passivos registados ao custo amortizado | Cotações de mercado (Nível 1) | Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2) | Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3) | Justo valor total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1 425 917 | - | 1 425 917 | - | 1 425 917 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 960 363 | - | 960 363 | - | 960 363 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (a) | 23 962 | - | - | 23 962 | 23 962 |
| Aplicações em instituições de crédito | 7 297 536 | - | 7 297 536 | - | 7 297 536 |
| Crédito a clientes | 16 705 315 | - | - | 13 803 202 | 13 803 202 |
| Outros ativos (imóveis) | 574 820 | - | 574 820 | - | 574 820 |
| | 26 987 912 | - | 10 258 635 | 13 827 164 | 24 085 799 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 404 003 | - | - | 397 348 | 397 348 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 25 011 175 | - | - | 24 728 245 | 24 728 245 |
| Outros passivos subordinados | 514 914 | - | - | 529 688 | 529 688 |
| | 25 930 091 | - | - | 25 655 281 | 25 655 281 |

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Justo Valor | | | | |
| | Ativos/ passivos registados ao custo amortizado | Cotações de mercado (Nível 1) | Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2) | Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3) | Justo valor total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 704 040 | - | 2 704 040 | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | - | 613 195 | - | 613 195 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (a) | 21 256 | - | - | 21 256 | 21 256 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | - | 4 952 882 | - | 4 952 882 |
| Crédito a clientes | 13 225 947 | - | - | 13 111 787 | 13 111 787 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 532 191 | - | 532 191 | - | 532 191 |
| | 21 517 320 | - | 8 802 308 | 13 133 043 | 21 935 351 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 420 414 | | | 421 651 | 421 651 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 22 129 553 | | | 21 867 900 | 21 867 900 |
| Outros passivos subordinados | 514 583 | | | 517 353 | 517 353 |
| | 23 064 550 | - | - | 22 806 904 | 22 806 904 |

(a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

• A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

- O valor das ações da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.436, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O Banco manteve as ações ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
- As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

**Análise de sensibilidade – Taxa de juro**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

| | 2016 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 533 141 | (324 430) | (114 013) | (178 390) | (71 845) | (120 259) |
| Total ativo sensível | 533 141 | (324 430) | (114 013) | (178 390) | (71 845) | (120 259) |

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 94 978 | 48 567 | 24 547 | (25 061) | (50 623) | (103 189) |
| Total ativo sensível | 94 978 | 48 567 | 24 547 | (25 061) | (50 623) | (103 189) |

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.
No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2016 e 2015, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

| | Projecção margem financeira | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Exercício de 2016 | (35 598) | (17 799) | (8 899) | 8 899 | 17 799 | 35 598 |
| Exercício de 2015 | (18 672) | (9 510) | (4 928) | 4 233 | 8 814 | 17 976 |

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

*Risco cambial*

*Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 791 543 | 595 532 | 12 196 | 26 645 | 1 425 917 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 62 979 | 870 559 | 10 691 | 16 134 | 960 363 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 280 258 | - | - | - | 280 258 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 724 892 | 551 416 | 21 228 | - | 7 297 536 |
| Crédito a clientes (líquido) | 15 275 338 | 1 429 977 | - | - | 16 705 315 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 80 055 | - | - | - | 80 055 |
| Outros activos | 27 363 | - | - | - | 27 363 |
| | 23 242 427 | 3 447 484 | 44 116 | 42 779 | 26 776 806 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (302 875) | (96 939) | (4 189) | - | (404 003) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (24 748 788) | (200 215) | (38 283) | (23 889) | (25 011 175) |
| Outros passivos subordinados | (514 914) | - | - | - | (514 914) |
| Outros passivos | (29 288) | - | - | - | (29 288) |
| | (25 595 864) | (297 154) | (42 472) | (23 889) | (25 959 379) |
| Exposição líquida | (2 353 436) | 3 150 330 | 1 643 | 18 891 | 817 427 |

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Activo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 232 174 | 438 630 | 15 176 | 18 060 | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 37 375 | 441 746 | 102 564 | 31 510 | 613 195 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 278 722 | - | - | - | 278 722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 049 937 | 2 880 390 | 22 555 | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | - | - | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes (líquido) | 11 302 237 | 1 680 625 | - | - | 12 982 862 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 73 529 | - | - | - | 73 529 |
| Outros activos | 97 095 | - | - | - | 97 095 |
| | 18 427 779 | 5 441 391 | 140 295 | 49 570 | 24 059 035 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (330 708) | (86 149) | (3 558) | - | (420 414) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (21 643 082) | (347 567) | (112 665) | (26 239) | (22 129 553) |
| Outros passivos subordinados | (514 914) | - | - | - | (514 914) |
| Outros passivos | (99 560) | (3 797) | (8 760) | (30 814) | (142 931) |
| | (22 588 263) | (437 513) | (124 983) | (57 053) | (23 207 812) |
| Exposição líquida | (4 160 484) | 5 003 878 | 15 312 | (7 483) | 851 223 |

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-Verdiano e o EURO, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos ativos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2016 e 2015, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

| | | | | Análise Sensibilidade 2016 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Em Milhares USD | Câmbio 31-12-2016 | Contravalor em Milhares CVE | -15% | -10% | -2% | 2% | 10% | 15% |
| Activo | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 116 | 105,329 | 12 196 | (1 829) | (1 220) | (244) | 244 | 1 220 | 1 829 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 101 | 105,329 | 10 691 | (1 604) | (1 069) | (214) | 214 | 1 069 | 1 604 |
| Aplicações em instituições de crédito | 202 | 105,329 | 21 228 | (3 184) | (2 123) | (425) | 425 | 2 123 | 3 184 |
| | | | 44 116 | (6 617) | (4 412) | (882) | 882 | 4 412 | 6 617 |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | 40 | 105,329 | 4 189 | (628) | (419) | (84) | 84 | 419 | 628 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 363 | 105,329 | 38 283 | (5 743) | (3 828) | (766) | 766 | 3 828 | 5 743 |
| | | | 42 472 | (6 371) | (4 247) | (849) | 849 | 4 247 | 6 371 |

| | Valor Em USD | Câmbio 31-12-2015 | Contravalor em Milhares CVE | Analise Sensibilidade 2015 -15% | -10% | -2% | 2% | 10% | 15% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Activo | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 151 | 100,77 | 15 176 | (2 276) | (1 518) | (304) | 304 | 1 518 | 2 276 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 1 018 | 100,77 | 102 564 | (15 385) | (10 256) | (2 051) | 2 051 | 10 256 | 15 385 |
| Aplicações em instituições de crédito | 224 | 100,77 | 22 555 | (3 383) | (2 255) | (451) | 451 | 2 255 | 3 383 |
| | | | 140 295 | (21 044) | (14 030) | (2 806) | 2 806 | 14 030 | 21 044 |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | 35 | 100,77 | 3 558 | (534) | (356) | (71) | 71 | 356 | 534 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 1 118 | 100,77 | 112 665 | (16 900) | (11 266) | (2 253) | 2 253 | 11 266 | 16 900 |
| | 87 | 100,77 | 8 760 | (1 314) | (876) | (175) | 175 | 876 | 1 314 |
| | | | 124 983 | (18 747) | (12 498) | (2 500) | 2 500 | 12 498 | 18 747 |

## 36. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afecto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador , as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas (≥ 10% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.
Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2016 e de 2015:

| Gestão do Capital | Dezembro de 2016 | Dezembro de 2015 | Variação |
|---|---|---|---|
| **Fundos Próprios de Base** | **1 692 611** | **1 474 875** | **217 736** |
| Capital Social | 1 000 000 | 1 000 000 | - |
| Reservas e Prémios | 864 958 | 859 896 | 5 063 |
| Resultado Líquido | 1 195 | 2 531 | (1 337) |
| Resultados Transitados e outros | (173 542) | (161 971) | (11 571) |
| Provisões adicionais | - | (225 581) | 225 581 |
| **Fundos Próprios Complementares** | **509 774** | **509 365** | **408** |
| Obrigações subordinadas | 500 000 | 500 000 | - |
| Deduções aos Fundos Próprios Complementares | 9 774 | 9 365 | 408 |
| **Deduções aos Fundos Próprios totais** | **60 020** | **35 520** | **24 499** |
| Participações em Instituições de Crédito | 60 020 | 35 520 | 24 499 |
| Excesso na concentração de risco | - | - | - |
| Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio | - | - | - |
| **Total dos Fundos Próprios Elegíveis** | **2 142 365** | **1 948 720** | **193 645** |
| **Total do Ativo Ponderado** | **14 075 911** | **15 565 104** | **(1 489 193)** |

| Rácios | Dezembro de 2016 | Dezembro de 2015 | Variação (P.P) |
|---|---|---|---|
| Fundos Proprios de Base | 12,02% | 9,48% | 2,55 |
| Fundos Próprios Complementares | 3,62% | 3,27% | 0,35 |
| Deduções aos Fundos Próprios totais | -0,43% | -0,23% | -0,20 |
| **Rácio de Solvabilidade** | **15,22%** | **12,52%** | **2,70** |

O banco cumpriu durante o ano de 2016 (2015), com todos os requisitos de capital impostos pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos ativos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os ativos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os ativos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada ativo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.
Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.
No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.



# PARECER DO AUDITOR EXTERNO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

# 13. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

***Banco Interatlântico, S.A.R.L.***
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2016

pwc

***Relatório do Auditor Independente***

***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de CVE 27.872.765 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.750.058 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 11.948 milhares), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.*
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt*
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752. Capital Social Euros 314.000*
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| ***Perdas por imparidade de crédito a clientes***<br><br>*Divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.2 e) i) e ii), 7, e 18 das demonstrações financeiras do Banco* | |
| A significativa expressão das rubricas de crédito a clientes e das perdas por imparidade que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto desta rubrica ascende a CVE 17.994.225 milhares (2015: CVE 16.733.098 milhares) e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 1.288.910 milhares (2015: CVE 1.393.527 milhares).<br><br>As perdas por imparidade são apuradas pela Administração do Banco em termos individuais para as operações individualmente mais significativas, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em análise coletiva.<br><br>• Para os clientes que apresentem exposições mais significativas avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, o Banco desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas responsabilidades ou (ii) | Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade.<br><br>Neste âmbito, os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pelo Banco, incluindo os inputs e pressupostos da Administração; (iii) a estimativa do valor recuperável dos colaterais, quando aplicável; e (iv) o governo interno associado ao processo de apuramento e aprovação das perdas por imparidade.<br><br>Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que não estavam identificados pela Administração como tendo indícios de imparidade ou em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de |



| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais. Quando decorrente da análise individual não tenha resultado qualquer perda por imparidade, essas exposições transitam para a análise coletiva, sendo-lhes aplicada uma perda por imparidade IBNR ("incurred but not reported").<br><br>• Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais. | que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pela Administração.<br><br>Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2016, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) questionar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (iv) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum input ou pressuposto utilizado pela Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.<br><br>Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de inputs do modelo definido pelo Banco e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela Administração, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos |

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| | desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016; (ii) rever e testar a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever e testar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem) e (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem) |
| ***Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito***<br><br>*Divulgações relacionadas com os imóveis recebidos por recuperação de crédito apresentadas nas notas anexas 2.2 e) e 13 e 18 das demonstrações financeiras do Banco*<br><br>Dada a significativa expressão dos imóveis no Balanço do Banco bem como a reduzida liquidez dos mesmos em Cabo Verde, os quais se encontram refletidos na rubrica de Outros Ativos, estes constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria pois a sua valorização requer a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte da Administração no que respeita à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante, das correspondentes perdas por imparidade. De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico. | Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Banco e a realização de testes de detalhe específicos para identificar os imóveis com indícios de imparidade e determinar os correspondentes montantes.<br><br>Analisámos a valorização para a totalidade dos imóveis em carteira e, se aplicável, a subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações de peritos avaliadores registados na AGMVM. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos utilizados ou da qualidade ou tempestividade da informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores de imóveis, igualmente registados na AGMVM do Banco de Cabo Verde, de forma |



| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2016, o valor bruto destes imóveis na rubrica de Outros Ativos ascende a CVE 711.009 milhares. Em 2015 os imóveis recebidos por recuperação de crédito ascendiam a CVE 623.925 milhares, reconhecidos na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, tendo sido reclassificados no decorrer de 2016 para a rubrica de Outros ativos dado que deixaram de cumprir com os requisitos da IFRS 5 para reconhecimento nesta categoria. O montante de perdas por imparidade reconhecidas em 31 de dezembro de 2016 ascende a CVE 136.189 milhares (2015: CVE 91.734 milhares). | a comparar os resultados. |

***Outra informação – relatório de gestão***

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à

continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

8 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos José Figueiredo Rodrigues, R.O.C.

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2016**

**Exmos. Senhores Acionistas do Banco Interatlântico, SA**

**Relatório**

Nos termos do Código das Empresas Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA ( Banco ), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2016, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2016, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a evolução dos valores patrimoniais, assim como a respetiva situação financeira, tendo ainda procedido à análise sistemática da informação contabilística facultada pela Comissão Executiva.

O Conselho Fiscal teve reuniões com o Presidente da Comissão Executiva ao longo do exercício para conhecimento do desenvolvimento da actividade do Banco, bem como sobre a evolução da sua situação económico-financeira. O Presidente do Conselho Fiscal assistiu ao longo do ano às reuniões do Conselho de Administração a convite do Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho efetuou reuniões formais onde analisou as Demonstrações Financeiras trimestrais do Banco e, para além de outros contactos estabelecidos, reuniu com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para análise conjunta de matérias relacionadas com a fiscalização sobre a actividade do Banco.

Por outro lado, em complemento da informação documental recolhida, foram efetuadas reuniões com Responsáveis por Departamentos Internos do Banco, designadamente com os Gabinetes de Gestão de Risco, Auditoria Interna, Compliance e Contabilidade em ordem ao conhecimento aprofundado sobre a situação do Banco, principalmente em termos de controlo interno e risco operacional.

Ainda no âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal analisou os principais atos de gestão a partir da consulta das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em 13 de maio de 2016, o Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto da alínea a) do nº 5 e da alínea b) do nº 6 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, de 25 de Junho, e do disposto no Aviso nº 2/95 e alterações introduzidas pelo Aviso nº 5/99 do Banco de Cabo Verde, emitiu o seu Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

Finalmente, por proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 7 de abril de 2016, nomeou o novo Auditor Externo do Banco, dando-se, assim, cumprimento ao nº 1 do artigo 7º do Aviso nº 4/2014 do Banco de Cabo Verde.

**Parecer**

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio e do respetivo Anexo referentes ao exercício de 2016, os quais refletem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria e que se circunscrevem às perdas por imparidade do crédito a clientes e à valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

Como indicadores mais relevantes da actividade do Banco em 2016, o Conselho Fiscal destaca:

- O crescimento de 11,7% do Ativo líquido que está sobretudo justificado pelos aumentos verificados nas Aplicações em Instituições de Crédito, mais 2 344,6 milhares de contos ( +47,3% ) e na Carteira de Títulos, mais 1 061,7 milhares de contos ( +37,2% ) que em 31 de dezembro de 2015. O "funding" destas

aplicações teve origem, na sua maioria, no crescimento dos Recursos de clientes em 2016, no montante de 2 881,6 milhares de contos ( +13,0% );

- A diminuição de 15,7% do crédito vencido, como corolário de algumas reestruturações de crédito;
- A melhoria da taxa cobertura do crédito vencido pela imparidade registada que passou de 41,6% em 31/12/2015 para 45,8% em 31/12/2016;
- O crescimento de 8,8% da Margem Financeira, não obstante se ter verificado um aumento de 7,5% no encargo com os juros de operações passivas;
- O Resultado líquido apurado no montante de 11 948 milhares de CVE, mais 136% que o apurado em igual data de 2015.

Em conformidade com o exposto e tendo presente que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão conformes as Normas Internacionais de Relato Financeiro e que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a atividade desenvolvida em 2016, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, e
b) Aprove a Aplicação de resultados proposta.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa por toda a colaboração prestada.

Cidade da Praia, 27 de fevereiro de 2017

**O Conselho Fiscal,**

João de Sousa Martins, Presidente

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes, Vogal
( Auditor certificado nº 31 )

**Banco Interatlântico**

Av. Cidade de Lisboa | CP 131 - A | Praia - Santiago - Cabo Verde

Telefone: + (238) 260 3684 / 261 4008 | Fax: +(238) 261 4253 | E-mail: bi@bi.cv | Site: www.bi.cv

